

Fabíola Barreto

# Análise Psicológica do Divórcio: Uma perspectiva masculina

**Universidade Jean Piaget de Cabo Verde**

Campus Universitário da Cidade da Praia  
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande  
Cidade da Praia, Santiago  
Cabo Verde

31.10.13



Fabíola Barreto

# Análise Psicológica do Divórcio: Uma perspectiva masculina

**Universidade Jean Piaget de Cabo Verde**

Campus Universitário da Cidade da Praia  
Caixa Postal 775, Palmarejo Grande  
Cidade da Praia, Santiago  
Cabo Verde

31.10.13

Fabíola Tatiana Rosa Barreto Monteiro Furtado, autora da monografia intitulada *Análise Psicológica do Divórcio: Uma perspectiva masculina*, declaro que, salvo fontes devidamente citadas e referidas, o presente documento é fruto do meu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade da Praia, aos 28 de Agosto de 2013  
Fabíola Barreto

Memória Monográfica apresentada à Universidade Jean Piaget de Cabo Verde como parte dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Psicologia Clínica.

# Sumário

O presente trabalho tem como objectivo geral analisar o divórcio numa perspectiva masculina.

Quanto ao enfoque metodológico, neste trabalho optamos por compreender o problema através de uma linha de pesquisa qualitativa.

Neste estudo participaram oito indivíduos do sexo masculino, de diferentes idades e com tempo como divorciados diferentes, na cidade da Praia, com ou sem filhos. Como técnica de recolha de dados utilizamos a entrevista semi-estruturada, em que as respostas foram registadas e tratadas com base na análise de conteúdo.

A análise de dados demonstrou que esses oito homens que passaram pela situação de divórcio, apresentaram sintomas de depressão como por exemplo, a tristeza, a sensação de vazio, choro, sentimento de solidão e a anedonia, porém nenhum dos entrevistados fez uso de substâncias, salvo um deles que abusou um pouco de bebidas alcoólicas mais do que o de costume.

**Palavras-chave:** *Família, Casamento, Divórcio.*

# Agradecimentos

Antes de mais, agradeço à força criadora, que me acompanhou durante todo este percurso universitário.

Ao meu filho que amo muito, ao meu esposo, meu querido pai, minha amada mãe, meus irmãos, e demais familiares, que me apoiaram sempre.

Agradeço à minha professora, orientadora Mestre Elisangela Barros e Barros, pela sua disponibilidade e apoio durante o meu percurso académico.

Agradeço à universidade Jean Piaget de Cabo Verde, por todos os recursos postos à minha disposição, e pela oportunidade que me concedeu de fazer no meu país o curso que sempre foi a minha paixão.

Às minhas amigas Iolanda Évora e Paula Mascarenhas pelo imenso apoio e incentivo neste trabalho.

Um agradecimento muito especial, dirigido aos homens entrevistados, que concordaram em participar do trabalho e pela disponibilidade que me prestaram.

A todas as pessoas que de uma certa forma colaboraram comigo neste trabalho, disponibilizando materiais de trabalho, e outros que torceram por mim para que tudo desse certo.

Dedico este trabalho ao meu esposo, meu grande amor, que sempre me apoiou durante todo este percurso universitário.

# Conteúdo

<b>Introdução</b>	8
<b>Capítulo 1: Enquadramento teórico</b>	12
<b>1 Família e casamento</b>	12
1.1 Perspectivas histórico-contextuais do casamento	12
1.2 Família e casamento na contemporaneidade	15
<b>2 Divórcio</b>	19
2.1 História do divórcio	19
2.2 Modalidades do divórcio segundo o Código Civil Cabo-verdiano (2010)	21
2.2.1 Divórcio por mútuo consentimento, artigo 1731.º (requisitos), segundo o Código Civil Cabo-verdiano	21
2.2.2 Divórcio litigioso, artigo 1735.º (Legitimidade para a acção), segundo Código Civil Cabo-verdiano (2010)	22
2.3 O divórcio na era contemporânea	22
2.4 Factores etiológicos associados à instabilidade conjugal	25
2.5 Estágios no processo de ajustamento	28
2.6 O impacto do divórcio em diferentes estágios do ciclo de vida familiar	32
<b>3 Filhos do divórcio</b>	37
3.1 O efeito psicológico do divórcio nos filhos	37
3.2 A questão da guarda dos filhos	40
<b>4 Análise psicológico do divórcio no sexo masculino</b>	42
4.1 O homem pai do divórcio	42
4.2 A depressão, a baixa auto-estima e o uso excessivo de substâncias	45
4.3 Homem pós-divórcio	47
4.3.1 A questão económica	49
4.3.2 Relacionamento social	50
<b>Capítulo 2: Estudo empírico</b>	51
2.1 Apresentação, análise e discussão dos resultados	53
2.1.1 Características socio-demográficas dos inquiridos	53
<b>Conclusão</b>	75
<b>Bibliografia</b>	79
<b>Sitografia</b>	81
<b>Anexos</b>	84
A.1 Roteiro de entrevista aos homens divorciados	84
A.2 Termo de consentimento livre e informado	85
A.3 Autorização do Comité de Ética em Pesquisa para Saúde de Cabo Verde	86

## Introdução

---

“Análise psicológica do divórcio: Numa perspectiva masculina” é um trabalho académico, ao mesmo tempo, um desafio pessoal, de fazer um estudo científico num tema específico e ainda pouco explorado. E emerge por um lado, de um forte desejo de conhecer, partilhar visões e experiências sobre a matéria e, por outro, de uma necessidade de mais um espaço de reflexão sobre o assunto no seio académico.

O divórcio segundo Ramires (2004), apud Carter e McGoldrick (1995), é reconhecido como um grande rompimento no processo do ciclo de vida familiar, afectando os membros da família a todos os níveis geracionais, tanto a família nuclear, como a ampliada. Ele provoca uma crise para a família como um todo e também para cada indivíduo que a compõe, aumentando a complexidade das tarefas desenvolvimentais que o grupo familiar estiver vivenciando no momento em que ocorre.

Homens e mulheres, conforme afirma Roudinesco (2003), passaram a ter maior liberdade em suas escolhas conjugais e, ao contrário do que acontecia antes da lei do divórcio, a sociedade passou a conviver com a realidade da separação e do recasamento.



Entretanto, como acrescenta a mesma autora, na referida bibliografia, o sonho do casamento feliz ainda faz parte do desejo de muitas pessoas, quando esse sonho não é correspondido, porém o casal decide-se pela não-realização de esperanças e anseios. Quer dizer, mesmo que possamos nos referir à separação como algo comum, ela jamais deixou de ser parte de um processo extremamente doloroso em que, todas as partes envolvidas apresentam algum grau de sofrimento psíquico.

Foi verificado que, actualmente, o número de separações conjugais está crescendo muito e, a partir disso, segundo Féres-Carneiro (2003), “pode-se reafirmar que, hoje, homens e mulheres buscam relacionamentos amorosos mais verdadeiros e gratificantes e que, talvez por isso, tantos casamentos se dissolvam”.

Segundo a mesma, considerando que homens e mulheres enfrentam diferentemente a situação do divórcio, passam por um processo semelhante de sofrimento no momento da separação conjugal.

Conforme Féres-Carneiro (2003), podemos referir que para as mulheres, é mais importante para se manterem casadas, a relação amorosa e sexual com seu companheiro, enquanto que, para os homens, é mais importante para se manterem casados, a estrutura familiar a qual se vinculam.

Devido ao crescente número de divórcios no mundo inteiro, e Cabo Verde não foge à regra, torna-se premente investigar esta temática, tão pouco explorada e que afecta a família como um todo, e sendo que hoje o papel do homem e da mulher sofreram mutações, onde o homem tornou-se mais presente no seio da família, envolvendo-se mais na relação com a sua esposa e filhos, e sendo que o divórcio é considerado como mais doloroso para as mulheres e filhos, os homens são esquecidos como pessoas que passam também por impactes psicológicos iguais ou até mais intensos, como sentimentos de tristeza, dor, baixa auto-estima, mal-estar etc... Tudo isso despertou a minha atenção e motivação em trabalhar esse tema.

Segundo Lamela (2009), o estudo dos processos do divórcio é uma emergência social. A comunidade científica deve unir esforços para compreender esta realidade familiar que é cada vez mais comum nas sociedades ocidentais, os dados de prevalência das taxas de divórcio variam substancialmente entre os países, em que os EUA apresentam a maior taxa de divórcio do mundo de 4,1%, enquanto nos países europeus a taxa varia em os 2% e os 3%. Já no Brasil a taxa de divórcio é uma das mais baixas nos países ocidentais, cifrando-se em 1,4%.

Segundo o mesmo autor, estes valores tão elevados que colocam a frequência do divórcio ao mesmo nível da frequência dos casamentos alertam para a necessidade da comunidade científica encarar o divórcio como um fenómeno tão comum como o casamento, eliminando a concepção do divórcio como uma realidade residual.

Partindo desses pressupostos delineamos a seguinte pergunta de partida: Quais são os sintomas psicológicos do divórcio no sexo masculino?

Com os seguintes objectivos

Objectivo geral:

- Analisar o divórcio no sexo masculino

Objectivos específicos

- Verificar as causas do divórcio;
- Analisar os sintomas psicológicos do divórcio no sexo masculino, (sintomas de depressão, consumo em excesso de substâncias);
- Verificar a idade, habilitações literárias, e caracterizar o perfil socioeconómico dos entrevistados.

**Como possíveis respostas à pergunta de partida, elaboramos duas hipóteses:**

**H1-** Alguns sinais da depressão, como por exemplo, a tristeza, a sensação de vazio, o choro, sentimento de solidão e a anedonia, são alguns dos sintomas psicológicos do divórcio presentes no sexo masculino.

**H2-** O consumo excessivo de substâncias constitui um dos sinais de alguns sintomas psicológicos do divórcio presentes no sexo masculino.

### **Estrutura do trabalho**

O presente estudo encontra-se estruturado em duas partes, o primeiro capítulo é o enquadramento teórico, buscando na literatura, aspectos pertinentes da problemática do divórcio. O segundo capítulo assenta no estudo empírico, explicitando os métodos utilizados durante a pesquisa que confirmaram a cientificidade da investigação, onde é apresentado e discutido os resultados, fazendo concordância do método com a prática.

## **Capítulo 1:      Enquadramento teórico**

---

### **1 Família e casamento**

#### **1.1 Perspectivas histórico-contextuais do casamento**

Na perspectiva de Wagner (2005), o casamento vem sofrendo uma série de transformações. Do estilo tradicional “até que a morte nos separe”, chegando à proposta de que “seja infinito enquanto dure”, a arte de construir uma vida a dois vem construindo novas matrizes.

A palavra casamento, do latim medieval, *casamentu*, é definida como acto solene, de união entre duas pessoas de sexos diferentes, capazes e habilitadas com legitimação religiosa e/ou civil, segundo Ferreira (1995), apud Wagner (2005).

Segundo Wagner (2005), o casamento traz implícita uma série de significados. Inicialmente considera-se um acto solene e ritualístico, ou seja festejado com formalidades, ditadas por leis e costumes. Neste sentido fica expresso o carácter formal de constituição e transmissão de valores sociais que estão impregnados na vivência do matrimónio. O conceito contempla, com exclusividade, as uniões heterossexuais, possivelmente relacionadas à perpetuação da espécie. As uniões homossexuais, desse modo, estão excluídas deste conceito.

Por fim, a definição de casamento segundo a mesma, pontua a questão da legitimação que, mais uma vez, parece relacionar-se à necessidade de aprovação na sociedade. Como fenómeno social, o casamento (produto de um contrato legal, jurídico ou religioso) está presente em todas as culturas e em todas as épocas. Embora existam vários modelos socioculturais, há sempre o papel de marido e de esposa, independente de como se caracteriza a relação estabelecida entre estes sujeitos.

As pessoas antes de casarem carregam dentro de si ideias sobre o que é o casamento, bem como as expectativas que têm a seu respeito, portanto segundo Barich e Bielby (1996), apud Wagner (2005), a percepção do indivíduo sobre o casamento é socialmente construída. Tais ideias seriam decorrentes do que circula no meio social, na literatura, no cinema, nas novelas, nos meios de comunicação, além das experiências vividas, na família e na comunidade, sobre o que é o casamento e como este é e deve ser vivido.

Para Wagner (2005), uma das principais finalidades do matrimónio, observada nas variadas culturas e em diferentes períodos é a geração de descendentes. Assim por exemplo, no antigo Egipto e na Mesopotâmia postulava-se que a maior vocação do homem e da mulher era o casamento, o marido podia repudiar a mulher se esta não gerasse filhos. A questão chave era a constituição da família, enfatizando-se a criação dos filhos. Com isso, salientava-se o papel da mulher como mãe e esposa dedicada, inerente ao modelo de família tradicional.

Na China, segundo Wagner (2005), em 1500 a.C. o casamento era arranjado pelos pais e amigos, a mulher deveria morar com a família do marido onde cuidava dele, dos sogros, e demais famílias que aparecessem e ainda dos filhos que surgissem dessa união. Se a esposa morresse o homem podia se casar novamente, já a viúva não poderia se casar novamente, a não ser em caso de pobreza extrema, esta tinha que cuidar dos pais do marido.

Ainda na sociedade grega, o casamento mesmo sendo considerado um empecilho para a liberdade masculina, era tido como um “mal necessário”, para dar filhos ao Estado. Segundo Quintela e Dieterich (1992), apud Wagner (2005), predominava a poligamia masculina, sendo que às esposas cabia o dever de procriação, e as leis cortesãs, o papel de satisfazer sexual e intelectualmente aos homens.

Segundo Wagner (2005), para os romanos, a esposa era apenas um instrumento de chefe da família, ela fazia filhos e completava o património. Ela também poderia ser cedida de um senhor a outro, o marido podia ter amores com escravos de ambos os sexos. O romano era senhor da sua mulher, dos seus filhos e de seus criados, o casamento era para ele um dever cívico, um acto político e um arranjo doméstico. Casar era um dos deveres do cidadão.

Mais tarde, segundo Vieira (1997), apud Wagner (2005), a mulher passou a ser a companheira de toda a vida, devendo ser compreensiva, aceitando a sua inferioridade natural, obedecendo ao seu esposo, que deveria respeitá-la como um chefe respeita um auxiliar dedicado.

Ainda para Wagner (2005), até os Séculos XVII e XVIII, as uniões matrimoniais eram movidas, principalmente, por interesse económico. Esse dado é corroborado pela análise de rapidez com que homens e mulheres casavam após a viuvez. A morte do cônjuge propiciava outra oportunidade de casamento e recebimento de um outro dote.

Bardinter (1985), apud Wagner (2005), constatou que, nos SEC XVII e XVIII, antes de decorrido um ano de viuvez, aconteciam entre 45,3% e 90% de novos casamentos de viúvos. Ainda nesse período, segundo Wagner (2005), as relações familiares eram marcadas pela obediência e a relação homem-mulher, caracterizada pela amizade.

Marido e mulher deveriam ser amigos e não amantes, a não ser por acidente ou necessidade vital.

No dia do contrato de casamento, o amor estava quase sempre ausente e, às vezes, surgia por acaso, em consequência da convivência e dos hábitos conjugais. Entre as regras para um bom casamento, aparecia, em primeiro lugar, a escolha de alguém do mesmo nível social. O dote também era muito importante. O casamento incluía a partilha dos corpos, senão por desejo, por obrigação.

O acto sexual segundo Ariés e Chartier (1992), apud Wagner (2005), não existia intimidade e afectividade, apenas privacidade. No séc. XVIII, o casamento começa a ser visto como uma instituição de direito e como uma relação interpessoal recompensadora. Inicia-se um movimento crescente para integrar amor e casamento, apesar da crença de que o amor surgiria com a convivência.

Pouco a pouco o casamento por amor e amizade vai substituindo o casamento por interesse e/ou dinheiro, passa-se a falar em satisfação conjugal, baseada em aspectos mais subjectivos, (Duby 1990, apud Adriana Wagner 2005).

Foi a Revolução Francesa, segundo Wagner (2005), com os ideais da liberdade, igualdade e fraternidade, que promoveu o matrimónio civil. A legislação de 1792 impôs o matrimónio civil para todos os habitantes da França e a partir do Código Napolitano, esta prática estendeu-se para outros países da Europa e da América. O casamento até o séc. XIX, era considerado, na ordem patriarcal, como engrenagem essencial de uma política voltada para a manutenção e transmissão de património, não deixando espaços para interesses pessoais. A finalidade da aliança matrimonial, era de ordem social, ou seja, o fortalecimento de grupos de parentesco e de status, a preservação da herança e do poder económico.

Neste sentido, segundo a mesma autora, a partir desse momento histórico, começa a existir certa abertura para que os jovens pudessem se escolher, embora muitos casamentos continuassem a ser contratados pelos pais. Percebe-se assim, a lenta ascensão do sentimento, da exigência afectiva e sexual que caracteriza o casal moderno opondo-se, por vezes, de maneira conflituante, às demandas da família. Dois aspectos revelam novas características das uniões conjugais a partir do século XIX: 1º) um alto índice de casamentos e, 2º) a diminuição da idade por ocasião do mesmo. Neste período aumentou muito o número de pessoas que desejava uma convergência entre casamento e felicidade.

## 1.2 Família e casamento na contemporaneidade

Segundo Macedo (1994), família é, para a psicologia, revestida de uma importância capital, dado que é o primeiro ambiente no qual se desenvolve a personalidade nascente de cada novo ser humano. Assim, a família é vista como o primeiro espaço psicossocial, protótipo das relações a serem estabelecidas com o mundo.

Na contemporaneidade, esse grupo social tem passado por inúmeras mudanças, além de ser o foco de muitas discussões quanto ao seu passado, presente, e futuro. Por essas razões não têm sido fácil conceituá-la, pois conforme Wagner (2002), vislumbra-se uma nova união conjugal, uma vez que há um reinvestimento nas relações familiares, onde novos núcleos se constituem, muitas vezes a partir do recasamento e recebem diferentes vocabulários, famílias refeitas,

recasadas, reconstituídas, reorganizadas, que são caracterizadas pela repetição, pelo recomeço, pela reciprocidade e pela mudança.

Conforme Osório (2002), falar sobre a história da família requer conhecimento sobre o modo de organização de cada cultura, em seu tempo específico. Ademais, não havendo um conceito único para família e, levando-se em consideração os diversos aspectos da sociedade, ambiente, economia, cultura e política, podem ser observadas diversas composições familiares.

Entretanto, para compreender essa evolução da família, Roudinesco (2003), recorda que, historicamente, ela passa por três grandes períodos. No primeiro aparece a família tradicional, que assegura a transmissão do patrimônio, com casamentos arranjados em idade precoce, a qual é imutável e valorizada a autoridade patriarcal. No segundo, surge a chamada família moderna, que é o receptáculo (receptor) da norma afectiva no final do séc. XVIII e início do séc. XIX; valoriza o amor romântico, a reciprocidade dos sentimentos e os desejos do casamento e a autoridade é dividida entre o Estado e os pais. No terceiro período localiza-se a família contemporânea ou pós-moderna, onde prevalece a relação íntima e a realização sexual, há relevância à vida privada do séc. XIX.

Analogamente, Ariés (1981), recorda que, durante a idade média e no início dos tempos modernos ainda não havia sentimento de família assim como o concebemos na actualidade, já que nesse período, essa cumpre apenas a função de dar a vida, os bens e o nome. Não penetra nesta relação, a sensibilidade. No entanto, com a sua prevalência no mundo privado, o sentimento aparece como fundamental para sua sobrevivência.

Então, a família moderna é fruto da redução da vida pública e do incremento da vida privada no século XVIII, marcado por um espaço mais valorizado dessa em detrimento da sociedade. Logo, se, antigamente, os criados, clientes e amigos estavam dentro das casas, na família moderna eles passam a estar fora. Por essa razão, caracteriza-se uma nova configuração familiar, com pais e crianças dentro do espaço íntimo onde, se encontra a família. A criança passa a ser elemento indispensável no quotidiano da família burguesa (Ariés 1981).



Amazonas e Braga (2006), abordam o casamento na contemporaneidade, enfatizando que as transições, ocorridas no âmbito cultural, económico, político e social, têm afectado profundamente as estruturas relacionais e familiares. Entre elas, as autoras elencam: mudanças demográficas e transição epidemiológica, em especial a maior longevidade humana; a participação crescente da mulher no mercado de trabalho; o divórcio e as organizações familiares distintas da família nuclear tradicional; o controle sobre a procriação a partir dos anticonceptivos; e as transformações ocorridas nos papéis parentais e de género.

Para Perlin e Dinis (2005), o estilo de vida contemporâneo apresenta um conjunto de características contraditórias quando confrontadas com os ideais dos relacionamentos estáveis e do contrato matrimonial clássico. Cada vez mais os casais sofrem pressão para manterem valores e padrões morais tradicionais, como a efectivação do contrato matrimonial e o exercício da parentalidade, ao passo que o meio familiar é valorizado como o locus de realização de todas as expectativas emocionais e pessoais. Por outro lado, são forçados a se adequarem às transformações sociais, tais como as exigências do mercado de trabalho, a valorização do crescimento individual, da independência financeira e da flexibilidade no exercício dos papéis de género.

Winnicott (1997), descreve como o casal contemporâneo é confrontado por duas forças paradoxais, ou seja, as tensões entre individualidade e conjugalidade. Para esta autora, o desafio de um casal reside fundamentalmente no facto de o casamento ou a união ser um palco no qual devem se entrelaçar as individualidades de cada membro, operando-se a construção de um local em comum, o que ela define como conjugalidade.

O modelo único que cada par cria é denominado "absoluto do casal", conceito que determina os seus limites, ou seja, concebe o casal como sendo composto por duas pessoas e o seu modelo único. Para Féres-Carneiro (1998), este conceito recebe o nome de identidade conjugal, o que na literatura específica é intitulado conjugalidade.

Winnicott (1997), aprofunda a ideia de que o casamento e a família podem-se constituir ou não, num espaço de maturidade parental. A noção de continuidade no desenvolvimento de ser adulto está presente no seu pensamento, e então o casamento e a família podem ser um espaço de contínuo crescimento para todos os envolvidos. Quando isso não ocorre, o casamento fica sujeito a distúrbios que podem gerar a desintegração da família.

O casamento, no paradigma da pós-modernidade, segundo Calligaris (2001), inicialmente deverá ter uma dimensão distanciada do modelo institucional do passado, ou seja, o casamento hoje deve estar ligado a uma noção de mutatividade, transformação, flexibilidade em relação ao novo e diferente, constituindo um espaço de desenvolvimento interpessoal e de criatividade.

Para Féres-Carneiro (2003), na sociedade contemporânea, os divórcios aumentaram, porém isso não significa o desprezo ao casamento, mas, ao contrário, a sua valorização. A autora parte da hipótese de que o casamento ainda é uma instituição fundamental para a maioria das pessoas, pois, quando o matrimónio não corresponde às expectativas do casal, ocorre o divórcio. Nestes termos, as pessoas se divorciam porque esperam mais dos seus casamentos, iniciando, então, uma busca por novas relações e, se possível, outro casamento.

De acordo com dados recolhidos, na Conservatória do Registo Civil, da cidade da Praia, de Janeiro de 2009 a Janeiro de 2013, foram realizadas, um número elucidativo de, 1.572 (mil, quinhentos e setenta e dois) casamentos.

Na pesquisa de Féres-Carneiro (2003), a concepção de casamento para os homens está relacionada com a constituição da família, enquanto, para as mulheres, o casamento é concebido como relação amorosa.

## 2 Divórcio

### 2.1 História do divórcio

Segundo Cahali, Y. S. (1981), o termo divórcio, do latim *divortium*, deriva de *devertere* que significa separar legalmente, é o rompimento definitivo do casamento civil. A dissolução do casamento pode ocorrer por morte de um dos cônjuges, por anulação, pela separação judicial e pelo divórcio.

No Brasil, segundo Cahali, Y. S. (1981), a indissolubilidade do casamento sempre esteve marcada pela posição efectiva da Igreja Católica, defendendo a ideia de que se Deus uniu um homem e uma mulher nos laços do matrimónio, a lei não pode separá-los. Em todas as épocas a Igreja Católica sempre se manifestou contrária ao divórcio, mesmo nos dias actuais.

Segundo o mesmo autor, em toda a história da humanidade observa-se que a dissolubilidade do casamento só era permitida por razões gravíssimas diante de valores morais e éticos da época. Em Atenas, o divórcio era permitido quando um dos cônjuges cometia um acto considerado grave, e para concretizar a dissolução do casamento era necessário um requerimento em juízo demonstrando as razões contundentes, as quais deveriam ser aceites pelo magistrado para conceder o divórcio do casal. Na cultura antiga de Roma eram raros os casos de divórcio, pois as autoridades civis não intervinham nas dissoluções de casamento, somente quando o facto do pedido era considerado gravíssimo e permitido pela Igreja Católica. No Código de Hamurabi são encontrados os primeiros registos sobre o divórcio.

Cahali, Y. S. (1981), explica que no “Código de Manu” se admitia o repúdio, se a mulher fosse estéril durante oito anos, se o filho morresse ao nascer durante dez anos e se durante onze anos só nascessem filhas.

Segundo Cahali, Y. S. (1981), na Grécia, o divórcio só era admitido se a mulher fosse estéril. Para os hebreus, o divórcio era admitido em caso de adultério, esterilidade, desfloramento, violação da “lei Mosaica”, incumprimento do dever conjugal, enfermidade contagiosa e a ausência prolongada. Ainda, entre os romanos o casamento era tido como um contrato consensual, portanto a dissolução, do mesmo modo, dependia da vontade dos contratantes em

continuar como marido e mulher, era largamente autorizado o divórcio, até mesmo sem a intervenção judicial. No direito canônico o divórcio sempre foi proibido.

Para o mesmo autor, a Igreja Católica, sob império da parábola de Cristo, de que “não separa o homem o que Deus uniu” nunca considerou a possibilidade do divórcio nos casos de abandono voluntário e maus-tratos. Entre os muçulmanos o divórcio era admitido quando o homem repudiava a mulher, pois para essa doutrina o homem é superior à mulher. No direito comparado verifica-se a legalização do divórcio em diversos países.

Assim, segundo Cahali, Y. S. (1981), fazendo um retrospecto sobre legalização do divórcio, aponta-se, a seguir, alguns países que consideram que o casal que não tem mais afinidade afectiva, tem o direito de ficar livre do contrato civil que contraíram ao casarem-se e assim legalizaram o divórcio.

- Segundo o mesmo, em 1938 foi instituída a lei do divórcio pelos seguintes motivos: adultério, abandono, crueldade, sodomia, bestialidade e divórcio sem culpa de loucura incurável.
- Na Escócia, em 1960, na perspectiva de Cahali, Y. S. (1981), em que, foi realizado o primeiro divórcio por motivo de adultério, o abandono também era motivo de divórcio nesse período.
- Em 1976, segundo o mesmo, foi previsto o divórcio sem culpa para avaria, irremediavelmente para as causas do adultério, abandono, comportamento irracional, dois anos de separação e de consentimento de ambos os cônjuges, ou cinco anos de separação. Na Alemanha com a lei de 1875, era permitido o divórcio depois que a igreja determinasse a separação perpétua do casal.
- Nos EUA em 1901, segundo Cahali, Y. S. (1981), o Estado de Maryland, passou a considerar o divórcio legal. Em 1949 foi a vez da Carolina do Norte determinar a legalidade do divórcio, em 1970 o Estado de Alabama considerou legal o divórcio sem culpa. Em 1909 as leis de família da Escandinava incluíram o divórcio, permitido em caso de adultério. Em 1910, Portugal legalizou o divórcio, contudo em 1940 as leis que permitiam o divórcio foram revogadas.

- Segundo o mesmo, em 1917, foi a vez da União Soviética, hoje Rússia, legalizar o divórcio. Entretanto em 1926 foi reformulada a lei do divórcio, tornando-o muito caro e difícil de ser considerado. Somente a partir de 1968 é que o divórcio foi liberado. Em 1960, o Canadá legalizou o divórcio. Anteriormente havia apenas a opção de fazer um casamento dissolvido por uma lei do parlamento, com uma investigação por uma comissão especial do Senado canadiano. Em 1974, o governo da Itália legalizou o divórcio. Em 1980, a China legalizou o divórcio sem culpa. Mesmo que o divórcio é querido por ambas as partes, é necessário um processo de mediação por Comitês Locais, de antemão, para provar que o casamento esteja, irremediavelmente, destruído.
- Na perspectiva de Cahali, Y. S. (1981), em 1981, o Governo de Espanha legalizou o divórcio. Em 27 de Fevereiro de 1997, a Irlanda se juntou ao resto da Europa no sentido de tornar o divórcio legal, quando passou uma Emenda Constitucional que termina com a proibição de divórcio. Em Março de 2004, o Congresso do Chile aprovou uma legislação para legalizar o divórcio, depois de nove anos de debate e de proibição de divórcio de 120 (cento e vinte) anos.

## 2.2 Modalidades do divórcio segundo o Código Civil Cabo-verdiano (2010)

O divórcio pode ser requerido ao tribunal competente, por ambos os cônjuges, de comum acordo, ou por um deles contra o outro, com qualquer dos fundamentos previstos no artigo 1738.º, quando a união em que se funda o casamento se rompa completa e permanentemente, de modo a impossibilitar que o matrimónio cumpra o seu fim social. No primeiro caso o divórcio diz-se por mútuo consentimento e no segundo, litigioso.

### 2.2.1 Divórcio por mútuo consentimento, artigo 1731.º (requisitos), segundo o Código Civil Cabo-verdiano

1-Só podem recorrer ao divórcio por mútuo consentimento os cônjuges que forem casados há mais de dois anos.

2-Tratando-se de vínculo formalizado através do reconhecimento registral da união de facto, o prazo a que se refere o número antecedente só começa a contar a partir da data da decisão do reconhecimento.

3-Os cônjuges não têm de revelar a causa do divórcio, cabendo-lhes, obrigatoriamente, o dever de acordar sobre a prestação de alimentos ao cônjuge que deles careça, ao exercício do poder paternal relativamente aos filhos menores, à divisão do património comum do casal e ao destino da casa de morada da família.

#### 2.2.2 Divórcio litigioso, artigo 1735.º (Legitimidade para a acção), segundo Código Civil Cabo-verdiano (2010)

1-Com ressalva do disposto nos números seguintes, o direito à acção de divórcio litigioso só pode ser exercida, pessoalmente, por um dos cônjuges.

2-No caso de se achar interdito o cônjuge ofendido, por violação dos deveres conjugais, ou por qualquer facto referente ao outro cônjuge que torne inviável a manutenção da relação conjugal, o seu representante legal, ou qualquer parente, na linha recta ou até ao quarto grau da linha colateral poderá intentar a correspondente acção de divórcio.

3-O direito ao divórcio não se transmite por morte, porém, a acção pode ser continuada pelos herdeiros do autor para efeitos patrimoniais, se o autor falecer na prevalência da causa judicial.

4-Para os mesmos efeitos pode a acção prosseguir contra os herdeiros do réu.

### 2.3 O divórcio na era contemporânea

Segundo estudos de Cano, Moré e Crepaldi (2009), o número de divórcios, tem sofrido alteração ao longo dos anos e as pesquisas nessa área ampliaram o foco de estudo. Na literatura pesquisada, principalmente a internacional, visto que, nesta temática a nacional é praticamente inexistente, encontram-se investigações referentes aos diferentes momentos do ciclo vital da família.

Segundo Wagner e Féres-Carneiro (1998), nas últimas décadas, assistimos a uma mudança no cenário sociocultural, provocada, entre outros factores, pelas alterações na estrutura familiar. Na sociedade ocidental, esperava-se da família que ela permanecesse indissolúvel, independentemente de seus conflitos.

O crescente aumento de separações conjugais, posteriores recasamentos e a inserção da mulher no campo de trabalho introduziram mudanças nos papéis básicos. Com isso, na era da chamada pós-modernidade, não encontramos mais um modelo único de família, com pai, mãe e filhos biológicos morando juntos. O divórcio trouxe um leque de novas configurações familiares.

Uma pesquisa feita por Féres-Carneiro (2003), em uma amostra, incluindo homens e mulheres das camadas médias da população do Rio de Janeiro, confirma que, a decisão de separar-se é, na grande maioria dos casos, uma decisão das mulheres, sendo que os homens confirmam esse resultado em suas percepções, e são as mulheres que tomam a maior parte das iniciativas de diálogo, buscando alternativas para o relacionamento.

Quando o assunto é divórcio, verifica-se que não existe um consenso sobre se trata de um evento normativo ou não normativo. Autores como Carter e McGoldrick (1995), observando o desenvolvimento da família em termos históricos, afirmam que o número de divórcios na última década, na sociedade americana, permite dizer que o mesmo pode ser compreendido como um evento normativo, dada a sua alta incidência.

Segundo Peck e Manocherian (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), para alguns, o divórcio pode aumentar as dificuldades pessoais, para outros, funciona como estímulo ao crescimento pessoal de uma maneira que não era possível quando estavam casados. Uma mulher, por exemplo, pode ser impelida (estimulada) a resgatar sua autonomia profissional ao precisar trabalhar após o final de seu casamento, já que antes não necessitava, pois, era sustentada pelo marido. Uma separação pode trazer um estilo de vida totalmente novo, bem diferente daquilo que estávamos acostumados, acabando por gerar uma nova organização familiar, totalmente revisada.

Em Cabo Verde, mais especificamente na cidade da Praia, segundo dados recolhidos no Tribunal de Família, em termos de divórcios litigiosos no ano de 2009, houve 17 (dezassete) casos em 2010, 31 (trinta e um), em 2011, 33 (trinta e três), e em 2012, 40 (quarenta), em termos de divórcio em comum acordo houve em 2009, 61 (sessenta e um) casos, 2010, 58 (cinquenta e oito) em 2011, 68 (sessenta e oito), e em 2012, 59 (cinquenta e nove) divórcios.

Para compreender e explicar a subida em flecha do divórcio, nos últimos 30 anos na perspectiva de Anália Torres, (1996), é necessário identificar um conjunto mais vasto de transformações sociais. Mudaram, no mesmo arco temporal, práticas e concepções sobre a vida familiar, aumentaram as margens de autonomia e liberdade individual no plano da vida privada, a sexualidade e a relação com o corpo passaram a ser encaradas de forma diferente. Do mesmo modo é difícil falar da subida do divórcio sem a relacionar, embora de forma não mecânica, com a generalização do trabalho feminino fora de casa.

Estes factores, segundo a mesma, estão relacionados entre si e contribuem, em conjunto, para explicar o que mudou na forma de encarar o casamento e a família e portanto para responder à questão de saber porque aumentou o divórcio.

Em primeiro lugar, o divórcio torna-se mais frequente porque transformou-se a forma de encarar o casamento. Segundo a mesma autora, de instituição a preservar a qualquer custo, o casamento tornou-se, tendencialmente, numa relação que dura enquanto se mantiver compensadora para quem nela está envolvida. Da obediência às regras e padronizações impostas do exterior, passou-se para ideia da qualidade intrínseca da relação. Por outras palavras, os casais divorciam-se mais do que antigamente, porque casam de “outra maneira”, com outros valores. Valores que enfatizam mais os laços interpessoais do que a dimensão institucional do casamento. E é exactamente porque se tende a valorizar desta forma a relação conjugal que se aceita cada vez mais o divórcio.



Conforme Torres (1996), em segundo lugar, essa mudança de valores que transfere para a vida privada a ideia de igualdade de oportunidade e de maior autonomia e liberdade pessoal, materializou-se em profundas reformas jurídicas, nos últimos 30 anos. Em quase todos os países do ocidente, mudaram as legislações que dizem respeito à família, ao casamento e ao divórcio. Direitos iguais para homens e mulheres na família e o direito ao divórcio, entre outra regulamentação, representam, por assim dizer, o alargamento da democracia à família.

Para Torres (1996), em terceiro lugar, as pessoas se divorciam mais, também porque estão menos dependentes do casamento como forma de sobrevivência, sendo isto válido sobretudo para as mulheres. É o igualmente para os homens, os quais se sentem mais libertos para terminar uma relação quando a mulher não depende deles financeiramente. As aspirações à realização pessoal, também pela via da profissionalização ou da ocupação fora do quadro doméstico, são hoje perfeitamente assumidas pela grande maioria das mulheres.

Segundo Féres-Carneiro (2003), os casais buscam o divórcio por acreditarem que o casamento possa ser algo mais do que aquilo que suas relações oferecem.

## 2.4 Factores etiológicos associados à instabilidade conjugal

Segundo Pasquali e Moura (2003), o processo de atribuição de causalidade é um fenómeno identificável em grande parte dos processos de percepção social. Constantemente os fenómenos sociais que se apresentam fazem com que os indivíduos construam diversas inferências em relação às causas das ocorrências observáveis. Um mesmo problema pode ser percebido como resultante de causas diferentes, de acordo com as atribuições de causalidade que ocorrem no processo perceptivo. No caso de uma comunidade, as diferentes causas serão influenciadas tanto pelas condições externas a nível social, assim como pelos processos psicológicos, ao nível dos valores, atitudes, necessidades, tendenciosidade cognitiva, entre outras variáveis.

Segundo Carter e McGoldrick (1995), há vários factores etiológicos associados à instabilidade conjugal:

**1-Idade e gravidez pré-conjugal:** Esposas menores de 18 anos, maridos com menos de 20 (Norton e Glick 1979, apud Carter e McGoldrick 1995), ou pessoas que casam

quando existe uma gravidez pré-conjugal (25% das noivas estão grávidas segundo Furstenberg 1976, apud Carter e McGoldrick 1995), têm uma probabilidade duas vezes maior de divorciarem-se.

**2-Instrução:** Homens menos instruídos e mulheres mais instruídas correm um risco maior do que homens mais instruídos e mulheres menos instruídas (Levinger, 1976, apud Carter e McGoldrick 1995). Comparadas com aquelas que não completaram a faculdade ou têm pós-graduação, as mulheres que completaram quatro anos de faculdade constituem o grupo com menor risco de divórcio (Glik 1979, apud Carter e McGoldrick 1995).

**3-Salário:** As mulheres que ganham mais dinheiro têm uma probabilidade maior de divorciarem-se do que aquelas com salário mais baixo (Ross e Sawhill 1975 apud Carter e McGoldrick 1995). Da mesma maneira, quanto maior for o salário da mulher em relação ao marido, maior será o risco do divórcio (Cherlin 1984, apud Carter e McGoldrick 1995);

**4-Emprego:** Quando o marido tem um emprego e um salário instáveis, ou quando seu salário diminui em relação ao ano anterior, o casamento corre um risco maior (Ross e Sawhill 1975 apud Carter e McGoldrick 1995);

**5-Nível sócio-económico:** Embora a diferença esteja diminuindo, as camadas sociais relativamente desfavorecidas tendem a correr um risco desproporcional (Norton e Glick, 1976 apud Carter e McGoldrick 1995);

**6-Raça:** Os casais negros têm um índice de divórcio mais alto do que os brancos, e os casamentos inter-raciais correm um risco ainda maior (Norton e Glik 1976, apud Carter e McGoldrick 1995),

**7-Linha de transmissão intergeracional:** O divórcio parece ocorrer em determinadas famílias, embora os estudos de correlação entre o divórcio dos pais e a instabilidade conjugal na geração seguinte tenham produzido resultados mistos. Uma possibilidade é a de que não seja o padrão de divórcios, por si, mas os factores económicos

relacionados ao divórcio que conduz os filhos a casamentos prematuros com parceiros mal escolhidos (Mueller e Pope 1977 apud Carter e McGoldrick 1995).

Em Cabo Verde a maior causa do divórcio, segundo a Juíza de Família, Ana Reis, é o factor económico, e só depois vem a traição. Segundo a mesma, há um acordo, no início do casamento, em que cada um dos cônjuges tem as suas responsabilidades a cumprirem, em relação a pagamentos de contas, só que isso depois não acontece, acabando por ficar todos os encargos sobre a mulher, tornando-se a relação insustentável e o divórcio inevitável.

Segundo Walsh (2002), é muito difícil manter a coesão e intimidade no casal quando os cônjuges têm compromissos de trabalho separados, que interferem no tempo e na energia dedicados no relacionamento. Quando o casal esquece de dedicar-se ao próprio casamento, priorizando outras actividades, este parece dar espaço para insatisfações. Conforme Anton (1998), excesso de trabalho e de preocupações, vida social intensa, envolvimento demasiado com os filhos, podem caminhar para o fim de um relacionamento conjugal, interferindo, assim, na vida sexual e no vínculo emocional entre os parceiros.

Pasquali e Moura (2003) apresentaram um estudo com 600 pessoas divorciadas na área de Cleveland (USA), pertencentes à classe baixa, em que as esposas alegaram, na abertura do processo de divórcio, abuso físico, problemas financeiros, alcoolismo, negligência do lar e dos filhos e crueldade mental. Já os homens, apesar de apresentarem algumas das queixas referidas acima, ultrapassaram as mulheres na alegação de incompatibilidade sexual e em problemas com a família do cônjuge. Ainda é interessante analisar, não apenas as diferenças nas queixas entre os sexos, como também as mudanças nas mesmas com o decorrer do tempo.

Em 1956, segundo os mesmos, apontava-se, como principais causas do divórcio, a personalidade, a vida do lar, os valores, a autoridade, o alcoolismo, a falta de apoio, a infidelidade do marido, o dinheiro e os parentes. Já no ano de 1982, as principais queixas eram a falta de comunicação, os conflitos dos papéis próprios do sexo, a incompatibilidade, a mudança de valores, a pouca idade para o casamento, a vida social reduzida, a dedicação excessiva ao trabalho, o problema com parentes e a falta de sentido familiar.

## 2.5 Estágios no processo de ajustamento

O processo de ajustamento ocorre em estágios, num período de dois a três anos, segundo Ahrons (1980) apud Carter e McGoldrick (1995), começando com o período de pré-decisão e terminando com o de algum tipo de homeostase estabelecido na nova família, do progenitor sozinho ou com o recasamento. A transição é gradual, começando muito antes da decisão concreta, frequentemente com apenas um dos cônjuges lutando com a ideia de divórcio como uma solução para a sua insatisfação, e terminando quando a família restabeleceu-se de uma maneira que é compreendida por todos os membros da família nuclear e ampliada.

Ahrons (1980) apud Carter e McGoldrick (1995), postularam cinco estágios que se sobrepõem, neste processo de ajustamento, cada um envolvendo transições e tarefas de papéis específicas:

- No primeiro estágio (cognição individual), pelo menos um dos cônjuges está considerando o divórcio e iniciando o processo de separação emocional, mantendo distância através de actividades e envolvimento separados. Este período é frequentemente caracterizado por stress aumentado, com consideráveis brigas, amargura, acusações, desvalorização do parceiro, depressão, ansiedade e, sempre, ambivalência. Pode haver um caso amoroso, que frequentemente serve para apressar a decisão.

Uns dos factores iniciais mais importantes no ajustamento, envolve a participação do cônjuge – ou a falta de participação – na decisão. Para aquele que o inicia, o período de tomada de decisão talvez seja o mais difícil de todos, pois ele/ela, luta com tremendo remorso e culpa (Wallerstein e Kelly, 1980 apud Carter e McGoldrick 1995).

- No segundo estágio (metacognição familiar), também designado de pré-separação, o segredo é revelado. Um momento de grande sofrimento, para algumas famílias, este pode ser o momento de maior desequilíbrio. Se a família maneja bem essa situação, o casal talvez seja capaz de separar-se com decisões bem reflectidas.

Na maioria dos divórcios, um dos parceiros quer sair do casamento mais do que o outro. (Wallerstein e Kelly 1980, Ahrons, 1981 apud Carter e McGoldrick 1995).

Para o cônjuge que não toma iniciativa, quanto mais súbita e inesperada a decisão parece ser, mais difícil será o ajustamento emocional inicial (Spanier e Casto, 1979 apud Carter e McGoldrick 1995). Muitos cônjuges não iniciadores do processo estão totalmente despreparados para a decisão (Wallerstein e Kelly, 1980 apud Carter e McGoldrick 1995), e vivenciam um sentimento total de baixa auto-estima, impotência e humilhação.

- No terceiro estágio (separação de sistemas), acontece a separação concreta. Este é um momento muito difícil para toda família, o resultado depende muito de como os estágios precedentes foram manejados. Quanto mais reactiva for a família, maior a crise. Inicialmente, cada cônjuge está num estágio de vulnerabilidade emocional aumentada, que pode interferir com o funcionamento normal. Sintomas comuns incluem a incapacidade de trabalhar efectivamente, má saúde, mudanças no peso, insónia e outros transtornos do sono, disfunção sexual, e uso de álcool, tabaco e outras substâncias (Hetherington 1982 apud Carter e McGoldrick 1995),

Sempre existe ambivalência. Para a vasta maioria, persiste um apego apesar da raiva e do ressentimento – Quanto maior o apego, maior a angustia (Weiss 1979, apud Carter e McGoldrick 1995),

Com o passar do tempo, a raiva e o apego diminuem, com a raiva permanecendo por mais tempo. Existe um sentimento de desamparo, de falta de controlo sobre os eventos da vida, sentimentos de incompetência social e sexual, perda, solidão, raiva, necessidades de dependência frustradas e problemas de identidade. Muitos não estão satisfeitos com o novo estilo de vida e gostariam de ter batalhado mais para fazer o casamento dar certo. A pessoa que iniciou a separação pode se arrepender e querer reconciliar-se, enquanto a outra pode ter começado a fazer terapia e reagir, e não estar disposta a correr o risco de tornar-se vulnerável novamente.

Durante este estágio e em todos os seguintes, segundo os mesmos autores, cada cônjuge está propenso a um tremendo tumulto emocional, a altos e baixos. Assim que o turbilhão emocional parece diminuir, ocorre alguma coisa nova que deixa o indivíduo novamente confuso. Este processo se repete muitas vezes por um período que, normalmente, dura um ano, e que pode durar até dois anos ou mais. Com o passar do tempo, a intensidade de cada oscilação diminui lentamente, como uma espiral ascendente que gira para lá e para cá,

atingindo gradualmente um ponto final. Para aqueles que funcionavam marginalmente antes da separação, o divórcio pode aumentar as dificuldades.

Pode haver uma série de separações e reconciliações, metade de todos os casais se separa pelo menos uma vez na vida conjugal (Weiss 1975, apud Carter e McGoldrick 1995), criando fronteiras ambíguas conforme o casamento vai, para lá e para cá, é desligado e ligado, deixando os membros da família sem saber se devem reorganizar-se para executar papéis ausentes. O contacto prematuro com os advogados, muitas vezes, aumenta a crise. Quando a separação se torna pública e os procedimentos legais são iniciados, a crise pode aumentar ainda mais.

Para Carter e McGoldrick (1995), muitas pessoas desempenharão um papel fundamental durante a separação, os filhos, os membros da família ampliada, os amigos, os amantes, os colegas, os advogados e outros, o apoio da família e dos amigos é crucial, tanto para os homens quanto para as mulheres. Sem esse apoio, o ajustamento completo fica mais difícil entretanto a própria pessoa pode impor essa situação, pois algumas respondem afastando-se da família e dos amigos quando mais precisam de apoio.

Talvez as pessoas em volta dele/dela desaprovem, ou estejam cansadas de ouvir a mesma história ser repetida, ou sintam laços de lealdade com o outro cônjuge. Em qualquer caso, a rede social das pessoas separadas muitas vezes muda, dos amigos antigos, casados, para conhecidos mais casuais, solteiros. O ajustamento tende a ser mais rápido quando existe mais interacção social, segundo Hetherington (1977), apud Carter e McGoldrick (1995).

- O quarto estágio (reorganização do sistema), envolve o difícil processo de deixar claras as novas fronteiras. Todos os membros da família vivenciam a perturbação e a confusão que acompanham o processo de divórcio e têm dificuldades em negociar a transição durante este estágio. A perda de um dos pais na casa, as muitas mudanças no funcionamento familiar, e os *stresses* em cada progenitor, que afectam sua capacidade de serem pais, tudo isso contribui para o impacte sobre os filhos. Quanto mais o progenitor não residente for excluído, maior será o potencial de disfunção familiar, (Carter e McGoldrick 1995).

Segundo as mesmas, o desafio para os sistemas familiares torna-se de reorganizar, ao invés de dismantelar. Novas regras e padrões devem ser desenvolvidos, pois todos os hábitos e rotinas da vida quotidiano que eram tomadas como certos não são mais. As associações mudam: as famílias incluem um cônjuge cada um, possivelmente com novos parceiros, suas famílias; os irmãos podem estar separados, os cuidadores podem assumir uma posição importante na família; e os filhos que saíram da casa ou outros membros da família ampliada podem voltar.

Os papéis, as fronteiras, a associação e a estrutura hierárquica mudam, com virtualmente todos os subsistemas da família afectados: marido/mulher, pais/filhos, irmãos/irmãs, avós/netos, cônjuge/família de origem, cônjuge/parentes por afinidade, cônjuge/relacionamentos não-familiares (amigos, trabalho, comunidade, etc.). Também mudam os relacionamentos com todos os sistemas fora da família nuclear: família ampliada, amigos, trabalho, escola e comunidade. Tudo isso acontece na ausência de normas ou apoios sociais para as famílias divorciadas. Consequentemente, as mudanças são uma fonte de grande *stress*, aumentando o conflito que interfere na realização das transições, Carter e McGoldrick (1995).

Na perspectiva de Carter e Macgoldrick (1995), para o casal, o processo de terminar o relacionamento conjugal ao mesmo tempo em que mantém laços interdependentes como pais é difícil, especialmente porque existem poucos modelos de papel para serem utilizados com uma orientação. De facto, muitas pessoas divorciadas têm mais certeza daquilo que não querem fazer. O que torna o processo ainda mais difícil é que qualquer continuação do relacionamento é considerado suspeita – uma forma de agarrar-se ao outro.

Um recente estudo de cinco anos, que examinou a natureza dos relacionamentos conjugais anteriores (todos com filhos), descobriu que metade dos casais estudados foi capaz de chegar a um relacionamento amigável: 12% eram grandes amigos, 38% eram colegas cooperativos, 25% eram sócios zangados e 25% eram adversários furiosos. Outros estudos examinando a qualidade do relacionamento co paternal indicam que o primeiro ano é mais difícil, com 95% declarando que seus sentimentos mudaram, consideravelmente, no ano após o divórcio, de uma maneira que permitiu um relacionamento melhor (Goldsmith 1980, apud Carter e McGoldrick 1995).

Achados preliminares de um recente estudo de Kelly 1986, apud Carter e McGoldrick 1995, revelaram que a comunicação centrada na criança era, significativamente, melhor do que a discussão das questões conjugais, sendo um indicador encorajador para a paternidade cooperativa pós-divórcio. Coexiste uma combinação de sentimentos positivos e negativos, embora nenhum deles seja extremo.

A maioria das questões centra-se na paternidade com as maiores áreas de desacordo girando em torno das finanças e das práticas de criação dos filhos. Alguns ex-cônjuges se reúnem em família para eventos como os aniversários dos filhos, actividades escolares, formaturas e outros acontecimentos relacionados à vida dos seus progenitores.

Apesar de uma alta incidência de conflito segundo Ahrons, (1981), Goldsmith, (1980) apud Carter e McGoldrick (1995), de modo geral o relacionamento é satisfatório para a maioria, embora existam diferenças significativas na maneira pela qual os homens e as mulheres percebem o relacionamento, com os homens relatando um envolvimento paterno consideravelmente maior do que suas ex-mulheres relatavam para eles.

- O quinto e o último estágio (redefinição do sistema), começa quando a família resolveu as tarefas dos estágios anteriores e atinge uma nova autodefinição. Novos papéis e fronteiras foram clarificados, e todos os membros são incluídos se os pais vivem bem a paternidade. Quando existe um relacionamento continuado, cooperativo entre os ex cônjuges, a família se restabiliza mais rapidamente e mais efectivamente. O seguimento de dez anos, de Wellertein (1986), ao estudo de Wellerstein e Kelly (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), sobre o divórcio, descobriu que a mutualidade da decisão de divorciar-se muitas vezes permanece um problema, com o cônjuge que tomou a decisão relatando uma satisfação significativamente maior na qualidade de vida do que o cônjuge que não iniciou o processo.

## 2.6 O impacto do divórcio em diferentes estágios do ciclo de vida familiar

Segundo Féres-Carneiro (2003), e Shabbel (2005), pesquisadores na área de família, ressaltam que o divórcio é um processo complexo, pluridimensional e que ocorre de forma diferenciada em cada família.



Conforme Peck, Manocherian (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), divórcio em casais recém-casados (sem filhos), é visto como o de melhor resolução, uma vez que envolve menos tempo de convívio e poucos laços familiares.

Segundo Carter e McGoldrick (1995), o divórcio, nessa fase ocorre mais provavelmente quando um ou mais dos seguintes factores estão presentes: o casal se conhece ou casa após uma perda significativa, um ou ambos os parceiros desejam distanciar-se de suas famílias de origem, o casal casa após um conhecimento de menos de seis meses ou após um noivado de mais de três anos, ou algum dos cônjuges tem um mau relacionamento com seus irmãos ou pais.

O divórcio nas famílias com filhos pequenos, segundo Wellerstein e Kelly (1980) apud Carter e McGoldrick (1995), demonstra que a família corre maior risco de divórcio durante esta fase do ciclo de vida familiar, concluindo com o facto de que os filhos, neste estágio desenvolvimental, são inicialmente muito afectados pelo divórcio. Depois da chegada dos filhos, o casal precisa fazer a transição de redefinir o seu relacionamento, de assumir o papel de cuidador e de realinhar-se com a família, amigos e comunidade.

Segundo os mesmos autores, para as famílias com filhos pequenos, o impacto do divórcio difere para os filhos, pais e avós, de acordo com as idades desenvolvimentais dos filhos. Ainda em relação aos bebés, parecem menos directamente afectados pelo divórcio, vivenciado principalmente a angústia dos pais, embora, na medida em que formem laços emocionais, comecem a perceber as mudanças, as idas e vindas de ambos os pais e de outros cuidadores.

Segundo Cano, Moré e Crepaldi (2009), Pesquisas de Nock (1981), Peck (1980), Manocherian (2001), Wendt (2006), mostram que há uma maior ocorrência de separações e divórcios em famílias no período da transição para a parentalidade, ou seja no período que se desenrola desde o nascimento do primeiro filho até os dezoito meses deste e isso ocorre, em função de problemas conjugais anteriores ao nascimento dos filhos, que se intensificam com as novas tarefas desenvolvimentais.

Na perspectiva de Souza (2000), as famílias com filhos pequenos têm dificuldade na comunicação sobre a decisão de separação do casal, o que pode gerar confusão para os filhos

sobre o que está acontecendo. Frequentemente, a falta de comunicação intrafamiliar ocorre pela ideia de que falar pode prejudicar a criança, de modo que os filhos mantêm o silêncio, o que é compreendido pelos pais como ausência de dificuldades.

Conforme Wellerstein e Blakeslee (1991), o divórcio é uma experiência diferente para crianças e adultos, porque as primeiras, perdem algo fundamental em seu desenvolvimento: a estrutura familiar. A família forma a estrutura através da qual elas passam pelas sucessivas fases de seu desenvolvimento, da infância até à adolescência, e serve de apoio para seu desenvolvimento psicológico, físico e emocional até à maturidade. Quando a estrutura desaba, o mundo infantil fica, temporariamente, sem esteio, porque as crianças, com uma noção de tempo bastante limitada, não sabem que o caos é temporário.

Em famílias com filhos em idade pré-escolar, o divórcio é muito difícil, segundo Wellerstein e Kelly (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), pois desenvolvimentalmente, eles estão começando a afastar-se de casa em direção aos amigos e escola. Eles possuem os primórdios de um senso de moralidade, combinado com a dificuldade em distinguir entre seus pensamentos e a realidade, sendo assim vulneráveis à culpa e à confusão.

Para os mesmos autores, eles podem regredir desenvolvimentalmente de várias maneiras: ansiedade de separação, transtornos de sono, molhar a cama, apego excessivo, medo de qualquer saída e fantasias agressivas. Estas manifestações da criança em reação ao divórcio e a resposta dos pais podem interferir com o desenvolvimento da identidade sexual. Quando isso ocorre, a criança pode tornar-se vulnerável ao comportamento de actuação sexual na adolescência.

Em famílias com filhos na idade da escola elementar, segundo Wellerstein e Kelly, (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), o impacto do divórcio é mais profundo, nas crianças dos seis aos oito anos. Parecem passar por dificuldades maiores de que qualquer outro grupo de idade, pois elas são, suficientemente, crescidas para perceberem o que está acontecendo, mas ainda não têm a capacidade adequada para lidar com o rompimento. Elas, muitas vezes, têm um sentimento de responsabilidade, vivenciam tremendo pesar, e uma grande tristeza e saudades do progenitor que partiu. Ao mesmo tempo, elas têm fantasias recorrentes de reconciliação e, frequentemente, pensam que têm o poder de fazer isso acontecer.

Os filhos pré-adolescentes, segundo Ramires (2004), assumem o papel de cuidadores em relação às figuras parentais, adoptando atitudes de cuidado e protecção. Quanto aos filhos adolescentes, estes vivenciam a separação conjugal dos genitores, necessitam lidar com uma carga adicional, pois além das dificuldades inerentes à transição da adolescência, vivenciam a crise familiar ocasionada pelo divórcio. Nesse período, geralmente, as dificuldades familiares se acentuam entre pais e filhos, porque ambos os pólos estão passando por questões semelhantes, que dizem respeito à sua independência, sexualidade e novos relacionamentos.

Os adolescentes entrevistados por Souza (2000), referiram-se às mudanças na sua vida, isto é, mudanças de moradia, de cidade, de escola, de transporte escolar, enfim, mudanças na rotina diária, e, ainda às mudanças nos relacionamentos, com os pais e com os irmãos, relataram, ademais, a aproximação e/ou o afastamento da família materna e paterna, afastamento de amigos do pai e /ou da mãe, e a perda de amigos. A autora ressalta que a situação do divórcio dos pais envolve inúmeras perdas, o que gera alterações na rotina diária, tanto das crianças, quanto dos adultos.

Segundo a mesma, o adolescente tem mais condições de aceitar e perceber o divórcio de seus pais de uma forma mais objectiva. No entanto, a compreensão mais realista da situação não impede o surgimento de ressentimentos e, conseqüentemente, de sintomas. Os adolescentes percebem, muitas vezes, o divórcio como uma boa solução para a família, mas, por outro lado, alguns relatam sentir solidão, isolamento ou incapacidade de buscar fontes de apoio.

Na perspectiva de Kelly e Emery (2003), o adolescente do sexo masculino tem mais riscos de apresentar problemas de ajustamento e problemas académicos. No entanto, as adolescentes estão inclinadas a engravidar mais cedo. O apoio oferecido pela família extensa, pelos amigos e pela escola é fundamental nesse processo após o divórcio, sendo considerada toda a rede de apoio social da família.

Araújo Dias (2002), investigaram o apoio oferecido pelos avós aos netos após a situação de separação dos pais. Essas autoras dividiram o tipo de suporte oferecido em: (a) emocional, que incluía acções de acarinhar, aconselhar, visitar, passear e dar informações, e (b) instrumental, isto é, que compreendia a ajuda financeira, no preparo de refeições, e a ajuda para se alimentar e elaborar tarefas escolares. Os resultados dessa pesquisa indicaram uma preferência dos avós pelas actividades emocionais, notando um aumento da mesma após o

período de separação. Nesses achados, destaca-se a importância da família extensa no período de transição pós-divórcio.

Conforme Carter e McGoldrick (1995), o divórcio nas famílias com (filhos sendo lançados), é a mais nova. Nessa fase depois de um longo casamento, o divórcio pode criar um grande tumulto, já que o casal tem uma longa história juntos. Os filhos, geralmente, estão saindo de casa. As funções do casal de prestar cuidados aos filhos muitas vezes se transformam em responsabilidade dos filhos por pais idosos. O casamento pode se tornar vulnerável quando os filhos não são mais o foco maior do casal, e a reestruturação do relacionamento conjugal, necessária depois da partida dos filhos, pode trazer a decisão de divorciar-se.

Apesar dos filhos estarem fora de casa paterna, o divórcio pode ser muito estressante para os filhos adultos-jovens, com um sentimento de crescente responsabilidade por seus pais e uma vulnerabilidade a conflitos de lealdade, segundo Ahrons (1986), Conney e colaboradores, (1986) apud Carter e McGoldrick. Muitas vezes a raiva é dirigida ao pai, por deixar a mãe aos seus cuidados, mesmo quando ele não iniciou o divórcio. O relacionamento pai-filha parece especialmente em risco. Além disso, os jovens adultos, podem vivenciar um sentimento de perda de vida familiar, de abandono pelos pais e uma preocupação em relação ao seu próprio casamento.

Segundo Ahrons, apud Carter e McGoldrick (1995), existem evidências de um aumento no abuso de álcool pelos casais, nesta fase, o maior risco para os filhos é quando os pais se agarram a eles ou eles assumem o papel de cônjuge substituto para preencher a solidão. Quando os pais são incapazes de começar novamente, de maneira significativa, os filhos podem ter dificuldade em seguir em frente na sua própria vida.

Na perspectiva de Peck e Manocherian (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), quando as separações ocorrem no estágio tardio da vida, costumam ser um choque para a família, por causa da ruptura de um vínculo que todos esperavam que fosse “para sempre”. Isso causa surpresa e espanto e, em regra, envolve mais de duas gerações, redefinindo, conseqüentemente, os valores morais de todos os seus membros.

Para Carter e McGoldrick (1995), existem muitos laços vinculadores após um longo casamento, filhos, provavelmente netos, família ampliada e amigos. Uma vez que as pessoas

se identificam em relação aos papéis que emergiram do casamento, o processo de redefinição é muito difícil, especialmente considerando o facto de que elas cresceram numa época em que o divórcio era menos aceite e o clima social está tão mudado.

Segundo as mesmas autoras as reacções dos filhos e as responsabilidades percebidas por eles se tornam aspectos-chave no processo de ajustamento ao divórcio durante esta fase. Os pais podem querer envolver-se novamente com os filhos, de uma maneira inadequada. Numa reversão de papéis, os filhos podem agora sentir-se sobrecarregados pelos pais. Existem questões individuais de ajustamento para homens e mulheres. Para as donas-de-casa que não trabalham há muitos anos ou nunca trabalharam, o divórcio pode trazer mudanças financeiras drásticas.

Segundo Carter e McGoldrick (1995), os pais dos cônjuges podem estar mortos nessa fase seus filhos e irmãos envolvidos com suas próprias vidas. Eles podem sentir-se muito isolados de sua habitual rede social, na medida em que ela inclui casais descobrindo que a sua vida social gira em torno de casais, e que, assim, suas oportunidades são limitadas. Se um dos cônjuges foi deixado pelo outro, ele/ela muitas vezes fica envergonhado(a), humilhado(a) e, em resultado, pode isolar-se de vínculos anteriores e não ter a energia ou o desejo de estabelecer novos relacionamentos.

### **3 Filhos do divórcio**

#### **3.1 O efeito psicológico do divórcio nos filhos**

Segundo Herzog e Sudia (1973), no passado, a pesquisa centrava-se no efeito da ausência do pai sobre os filhos, e examinava a conexão entre delinquência, desempenho escolar insuficiente, promiscuidade, identidade sexual confusa, e a ausência do pai.

Segundo os mesmos, uma revisão de 200 estudos sobre a ausência do pai descobriu que, embora essa ausência seja realmente um dos factores, o impacte cumulativo de outros factores psicossociais (tais como a pobreza) era mais central nos transtornos comportamentais acima referidos.

Quando o divórcio é amargo, os conflitos de lealdade muitas vezes são transmitidos ao longo das linhas geracionais de uma maneira improdutiva para todos.

Segundo Hetherington e Stanley-Hagen (1999), nos anos 1960, nos Estados Unidos, quase 90% das crianças passavam sua infância e adolescência em lares com os dois pais biológicos casados. Hoje em torno de 40% das crianças naquele país e 50% no Reino Unido vivem nessas condições.

Fazendo uma revisão extensa dos estudos da área, segundo os mesmos, afirmam que as primeiras pesquisas sobre o divórcio, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, eram baseadas no modelo de deficit e guiadas por duas suposições comumente sustentadas: primeiramente, era assumido que uma estrutura familiar com dois pais é necessária para a sociabilização bem-sucedida da criança e que a ausência do pai implicaria em sérias consequências adversas, especialmente para os meninos. Em segundo lugar, era assumido que o divórcio é um evento traumático, que tem efeitos deletérios, severos e duradouros no ajustamento das crianças. O foco desses estudos era na estrutura familiar e nos resultados adversos.

Segundo Souza (2000), quando os pais se separam, as crianças e /ou os adolescentes tem que enfrentar essa crise, a qual possui múltiplas implicações. Ocorrem mudanças nas relações íntimas, tanto ao nível da família de origem como ao da família extensa, e mudanças na rede social e na infra-estrutura de vida de todos os envolvidos.

Essas mudanças são acompanhadas por um conjunto complexo de sentimentos, conforme Souza (2000), o que inclui muitas vezes o medo do abandono. São também caracterizadas pela imprevisibilidade, pela falta de informação e por sérias modificações, começam a ocorrer na vida da criança, sem que ela tenha uma noção clara do que está acontecendo e do que está por acontecer.

Segundo Hetherington e Stanley-Hagen (1999), a saída de um dos pais da residência não é a única mudança na vida dos filhos que acompanha o divórcio parental. Podem acontecer declínio económico, mudança de casa e de escola e afastamento de amigos, menos acesso a avós, menos contacto com um dos pais, instabilidade produzida e o possível prolongamento do conflito parental através de disputas de guarda e pensão. O medo de perder o contacto com o pai que está indo embora é o principal desajuste causado pelo divórcio.

Neste tipo de contexto segundo Boch-Galhau, (2002), é possível o surgimento do fenómeno que vem sendo descrito como PAS (síndrome de alienação parental), que diz respeito ao afastamento do pai, por indução da mãe, que impede o contacto e manipula o filho contra o pai.

Dolto (2003), comenta que algumas mães tratam seus filhos como se fossem delas, caindo na armadilha de sua própria possessividade.

Alguns estudos apontam a falta de comunicação entre os pais e a criança sobre a separação, o que implica, às vezes, no enfrentamento do processo na mais absoluta solidão, falta de informações e de referências, Souza (2000).

Segundo Hetherington (1979), o ajustamento infantil parece estar directamente relacionado à quantidade e à qualidade do contacto e ao vínculo que a criança estabelece com as figuras parentais, tanto a que detém, quanto a que não detém a guarda, ao ajustamento psicológico da figura parental que detém a guarda, sua capacidade de cuidado, ao nível de conflito existente entre os pais após o divórcio, ao nível de dificuldades socioeconómicas e à quantidade de eventos estressores adicionais que incidem sobre a família nesse momento de transição.

Para o mesmo autor, por outro lado é importante considerar que, embora o divórcio possa ser a melhor solução para um relacionamento familiar destruído e oferecer à criança a saída de um ambiente de stress e a oportunidade para o crescimento pessoal, a maioria das crianças experimentam, a transição do divórcio como dolorosa. Mesmo as crianças que mais tarde estarão aptas a reconhecer que a separação teve resultados construtivos, inicialmente terão suportado um considerável sofrimento com o rompimento da família.

Segundo Hetherington (1979), as primeiras respostas mais comuns das crianças ao divórcio são a raiva, o medo, a depressão e a culpa, que perduram, em geral, até por volta de um ano após a separação, quando começa a emergir a redução da tensão e um crescente senso de bem-estar.

Conforme Wellerstein e Blakeslee (1991), as crianças sentem uma intensa solidão, é uma experiência pungente, dolorosa e de longa permanência na memória do filho que ainda deve conviver com a sensação de que está sozinho no mundo. A deslocação que as crianças sentem é semelhante ao modo como se sentem quando um dos pais morre repentinamente, pois cada uma dessas experiências rompe as relações familiares íntimas.

Embora o divórcio possa ser percebido como uma solução para os problemas dos pais, poucos filhos parecem querer o divórcio, independentemente da tensão conjugal existente antes da separação. Segundo Wellerstein e Kelly (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), suas reacções variam de acordo com a idade, temperamento, sexo, posição social, experiências passadas, sistemas de apoio e competência cognitiva social. Para muitos filhos, o divórcio significa uma mudança na natureza do relacionamento com e/do acesso à família ampliada, avós, tias, tios, primos.

Segundo Carter e McGoldrick (1995), em relação à idade, o consenso de muitos estudos sobre todos os tipos de arranjos era de que, quanto mais jovens os filhos na época do divórcio, maior o impacto a curto prazo. Embora os achados também se apliquem aos bebés e às crianças bem pequenas, houve pouca investigação sistemática sobre os efeitos nas crianças com menos de dois anos de idade.

Entretanto, no seguimento de dez anos do estudo de Wallerstein e Kelly (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), descobriu-se que as crianças pequenas que não têm nenhuma lembrança da vida pré-divórcio se ajustam melhor, com o passar do tempo, do que as crianças mais velhas, que se lembram da família que existia e consideram o divórcio como o evento central de sua infância. Quanto ao sexo, muitos estudos indicam que o divórcio é mais difícil para os meninos do que para as meninas. Embora as razões não tenham sido examinadas, pode haver correlação entre a angústia e a partida do progenitor do mesmo sexo, afectando a estrutura e/ou o funcionamento da família do progenitor único.

### 3.2 A questão da guarda dos filhos

Segundo o artigo 1819.º (2010), do código civil cabo-verdiano, durante os seis primeiros anos de vida a guarda e o cuidado do filho deve ser atribuído, prioritariamente à mãe, a não ser que circunstâncias especiais aconselhem outra solução.



Segundo Wellerstein e Kelly (1980), Ahrons (1981) apud Carter e Mcgoldrick (1995), a maioria dos filhos fica insatisfeita com o acesso tradicional (fins de semanas alternados com o pai), sente-se afastada do progenitor que não tem a sua custódia, e deseja um contacto maior. A custódia conjunta está emergindo como uma possível substituição para o tradicional arranjo de custódia única.

Muitos estudos indicam que os filhos querem e precisam ter um relacionamento qualitativo, contínuo, com ambos os pais. Na vasta maioria dos casos, os filhos ficam com a mãe, por mútuo acordo entre os pais, entretanto, em um estudo sobre mulheres e a custódia dos filhos, Chester (1986), apud Carter e Mcgoldrick (1995), relatou que quando existe uma batalha em relação à custódia e ambos os pais são adequados, o pai tem uma chance maior de conseguir os filhos.

Segundo Carter e Mcgoldrick (1995), a partir dos achados de pesquisa, até o momento, parece que, independentemente do papel que o pai desempenhava na família pré-divórcio, ele é capaz de assumir toda responsabilidade envolvida no cuidado com os filhos. Com uma participação do pai num arranjo de custódia conjunta, desenvolve-se uma qualidade diferente de envolvimento psicológico. As mulheres são menos positivas em relação aos arranjos da paternidade compartilhada, e, mais do que os homens, querem ter os filhos consigo por um tempo maior, 70% versus 40%, segundo Kelly, 1986, apud Carter e Mcgoldrick (1995).

Muitas vezes, há o pressuposto de que, quem não foi bom marido não será um bom pai, Brito e Peçanha (2006).

Alexandre (2009), refere que apesar da hegemonia da mulher na guarda dos filhos menores, o sistema de guarda exclusiva ou unilateral, tornou-se alvo de críticas, pois este, muitas vezes, oportuniza o afastamento dos filhos do genitor, que detém apenas o direito de visitas. Segundo o autor, este modelo pode gerar no filho o modelo do abandono e o desapego do progenitor, que não tem a guarda, interferindo directamente no desenvolvimento dos filhos.

Segundo Brito e Ramirez (1997), dizem que o afastamento do pai gera ressentimentos, sentimentos negativos sobre a sua paternidade, tais como: exclusão, frustração e angústia, intensificados pelo facto de que a separação não ocorre somente entre os pais, mas principalmente entre pais e filhos.

Para Carter e McGoldrick (1995), embora não possamos invejar a distância emocional do pai sem a custódia em relação aos filhos, devemos observar que os homens ainda agem como se tivessem uma opção quanto a participar na paternidade. As mulheres raramente consideram a paternidade como uma opção, e aquelas que a fazem arriscam-se às consequências negativas da opinião que a sociedade terá sobre elas.

## **4 Análise psicológico do divórcio no sexo masculino**

### *4.1 O homem pai do divórcio*

Segundo Lamela (2009), o divórcio quando ocorre, ou quando a sua possibilidade se torna real na vida dos casados, é uma das mais importantes crises do adulto. No casamento, ambos os parceiros mudam ou evoluem com os anos, geralmente em diferentes ritmos, e não necessariamente em direcções complementares, podendo surgir a necessidade de separação. Vários estudos têm tentado perceber o impacto do divórcio na organização, funcionamento, estrutura e adaptação dos membros das famílias com pais divorciados.

As mudanças no comportamento masculino se deram, principalmente, devido à emancipação feminina. Esse factor teve como consequência uma nova postura do homem, tanto em relação à mulher, como aos papéis até então desenvolvidos, a partir de preceitos rigidamente estabelecidos pela sociedade, como sendo o homem racional, individualista, provedor da família, entre outros, Wagner (2002).

Goldenberg (2000), levanta a possibilidade de os homens, hoje, viverem uma situação inversa àquela em que foram criados. Até algum tempo atrás, os relacionamentos entre pais e filhos eram marcados pelo distanciamento e por uma postura autoritária dos pais. Actualmente assiste-se a uma proximidade do contacto, incentivando a demonstração de afecto e a participação activa, durante o crescimento das crianças. Ainda segundo a autora, está-se presenciando uma maior flexibilidade nos papéis paterno e materno, que podem sair dos estereótipos rígidos e experimentar novas situações.

Em relação à paternidade Fein (1978), apresenta três perspectivas diferentes: a tradicional, a moderna e a emergente. Na tradicional, encontra-se o pai como provedor, que oferece suporte emocional à mãe, mas não se envolve directamente com os filhos, exercendo o modelo de poder e autoridade. Já a moderna, enfatiza seu papel no desenvolvimento moral, escolar e emocional. E a emergente origina-se na ideia de que os homens são, psicologicamente, capazes de participar activamente dos cuidados e criação das crianças. O autor também afirma, com base em pesquisas, que para alguns homens o divórcio pode ser uma boa oportunidade para aproximá-los dos filhos.

Aquino (1998), ao tratar da educação infantil e do exercício da paternidade, aponta que os homens buscam discutir e reivindicar esta nova identidade, não somente como provedores, mas, afirmando também a sua fragilidade, sensibilidade e capacidade de cuidar e acolher.

Desta forma, fica evidente que o pai vem tendo um papel cada vez mais ampliado e importante para o crescimento dos filhos, sendo a sua presença determinante para o desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos. Vê-se, então que o homem começa a desempenhar novos e diferentes papéis junto à família Goetz e Vieira (2009).

O papel do pai, mais activo no cuidado e criação dos filhos, é destacado por Silva e Puccini (2003), como fundamental para o próprio pai e para o desenvolvimento das crianças.

Diante do contexto de separação conjugal, conforme Goetz e Vieira (2009), o pai que se afasta do lar pode continuar a manter uma relação de afecto, de orientação, de cuidado e de amor, mesmo com a distância física, que, em alguns momentos restringe o cuidado directo e do contacto com os filhos. Porque, de acordo com os autores, para os filhos, basta saber que o pai se preocupa e pode cuidá-los quando for necessário.

Segundo Brito (2005), para os homens, o significado de ser pai e suas atribuições, se tornam ofuscados em função do rompimento conjugal, com a ex-mulher se responsabilizando por todas as decisões referentes aos filhos. O facto de os homens serem considerados meros visitantes, faz com que se sintam sem voz, sem acção, e muitas vezes destituídos do seu papel, ampliando seu afastamento.

Segundo Carter e McGoldrick (1995), sem a estrutura do casamento e os esforços de suas ex-mulheres para definir seus relacionamentos paternos, os pais frequentemente se distanciam dos filhos, pois eles não têm capacidade de conduzir, sozinhos, esses relacionamentos. Geralmente aqueles pais que pagam a pensão regularmente também visitam mais os filhos, e muitos vêem esse dinheiro como uma garantia de que a ex-mulher não “voltará os filhos contra eles”.

Para as mesmas autoras, o ex-marido muitas vezes acha doloroso entrar no antigo território ao fazer visitas, pois ele o lembra dos velhos tempos. Pelas mesmas razões, o homem pode experimentar uma segunda perda quando sua ex-mulher vende a casa que foi de ambos, o que assina-la o verdadeiro fim do lar, conforme ele uma vez conheceu. Às vezes, sua distância em relação aos filhos cria tanta ansiedade que eles precisam ser impedidos de agirem com rapidez demais, sem a necessária preparação do sistema para uma mudança. Muitas vezes, eles se sentem tão distantes que ficam impotentes para mudar as coisas e temem ter perdido os filhos para sempre. Uma vez que os filhos quase nunca desistem dos pais, eles estão prontos para aprender a trazê-los de volta. Muitas vezes os homens estão ansiosos por aprender, e um divórcio pode apresentar a primeira oportunidade de aprender a manter os relacionamentos vivos e satisfatórios.

Segundo Wellerstein e Blakeslee (1991), ao serem privados do contacto regular com os filhos após o divórcio, muitos homens ficam estagnados. Parecem incapazes de manter sua perspectiva como pais ou de enxergar as necessidades dos filhos. O quadro das necessidades psicológicas, dos desejos e das expectativas entre pais e filhos modifica-se de forma radical com a ruptura do casamento e o processo do divórcio.

Para as mesmas autoras, o relacionamento pai-filho está preso em um emaranhado de ressentimentos, e as necessidades filiais são deixadas de lado, enquanto os pais lutam para reconstruir as suas próprias vidas. As visitas exigem frequentes separações que podem trazer depressão e tristeza aos homens que amam seus filhos. Ao observar o crescimento dos filhos, vendo-os de vez em quando, podem sentir uma terrível culpa por tê-los abandonado e as visitas parecem apenas enfatizar a descontinuidade do relacionamento. A cada visita, o pai percebe que não faz parte da vida dos filhos. Sente ao mesmo tempo tristeza e alívio por ter sido substituído por outro homem.

#### 4.2 A depressão, a baixa auto-estima e o uso excessivo de substâncias

O divórcio é, na verdade, na perspectiva de Wellerstein e Blakeslee (1991), o oposto da paixão, conduzindo de forma inevitável à raiva e, por vezes, à fúria intensa, fúria essa que as pessoas pensam ser plenamente justificada. É a fúria que faz bem. Arraigada na sensação de ter sido explorado e humilhado até o âmago, essa raiva brota da auto-estima ferida e faz com que nos defendamos contra a depressão e as sensações de carência afectiva e abandono. É o tipo de raiva que ajuda as pessoas a negarem a responsabilidade pelo fracasso do casamento.

Segundo Lamela (2009), ao longo das últimas décadas, a literatura é rica em enunciar e descrever o quão disruptivo e nocivo pode ser o divórcio. A maioria dos estudos conclui que as pessoas divorciadas experienciam pior bem-estar psicológico, piores níveis de felicidade e maiores índices de depressão e outras psicopatologias, quando comparadas às pessoas que permanecem casadas.

Para o mesmo autor, os adultos divorciados reportam índices superiores de *stress* psicológico, pior saúde física e menor esperança média de vida, com probabilidade de suicídio, perdas severas na segurança financeira e económica, stress psicofisiológico, alterações depreciativas das percepções do *self* e desestabilização emocional e nos sistemas de procura e de prestação de cuidados. Esses estressores psicossociais têm um impacto acentuado na pessoa divorciada que lhe diminuem os níveis reais de qualidade de vida, diminuição muito similar à encontrada nas pessoas viúvas.

Na perspectiva de Bloom (1973) e colaboradores, apud Carter e McGoldrick (1995), no passado, a pesquisa focava o relacionamento entre divórcio e psicopatologia, com status conjugal vinculado ao distúrbio mental. As evidências que apoiam essa ideia decorrem da vulnerabilidade psicológica de muitas pessoas na época do divórcio. As pessoas divorciadas correm um risco seis vezes maior de serem hospitalizadas do que pessoas casadas. Pessoas divorciadas apresentam um índice de suicídio duas vezes maior do que as casadas, mais acidentes de carro, mais doenças físicas, culminando em morte, e mais problemas de abuso de substâncias.

Para Giusti (1987), apud Carter e McGoldrick (1995), a separação conjugal causa um sofrimento ainda maior quando as pessoas casam achando que era para durar para sempre, quando tem o ideal de que o casamento é um vínculo indissolúvel.

Sendo assim, apesar da sua prevalência, para Carter e McGoldrick (1995), poucos cônjuges estão preparados para o impacto emocional e físico do divórcio.

Segundo Wellerstein e Blakeslee (1991), toda pessoa que dá início a um processo de divórcio espera, fervorosamente, que alguma coisa melhor substitua o casamento fracassado e esse aspecto de reconstrução da vida torna-se mais significativo que a própria crise.

Peck e Manocherian (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), destacam que, apesar da prevalência do divórcio, os membros da família, em geral, não estão preparados para o impacto emocional, social e económico que o mesmo acarreta. Neste sentido, tais autores argumentam que a transição da separação conjugal afecta a família em várias gerações, aumentando a complexidade das tarefas desenvolvimentais vivenciadas.

Conforme Shabbel (2005), a separação (legalizada ou não), expressa e expõe socialmente a discórdia existente entre o casal e o desejo de uma das partes, ou das duas, de romper uma relação de convivência. A família, em geral, sofre um abalo em sua base quando um dos cônjuges decide ir embora, e surgem sentimentos de perda, fracasso, desamparo, abandono, rejeição, medo, insegurança e incertezas. É um processo complexo, que mobiliza sentimentos ambivalentes em suas mais diversas fases (pré e pós-separação), e por mais que o casal anseie por ela, depara-se com uma nova situação, com repercussões internas (afectivas), familiares, sociais e laborais.

De acordo com Bee (1994) apud Carter e McGoldrick (1995) apud Carter e McGoldrick (1995), os efeitos psicológicos após a separação estão relacionados ao aumento do número de doenças físicas e emocionais. Nesse momento de fragilidade, as pessoas se encontram mais propensas a sofrerem acidentes automobilísticos, à tendência ao suicídio, a deixar de comparecer ao trabalho e a deprimir-se com facilidade.

### *4.3 Homem pós-divórcio*

Segundo estudos de Wellerstein e Blakeslee (1991), dez anos depois, quase metade das mulheres e dois terços dos homens apresentam uma qualidade de vida igual ou inferior àquela anterior ao divórcio. Se a finalidade do divórcio for a de gerar, conquistar ou acentuar um padrão de vida mais elevado e feliz que a do casamento fracassado, então as chances de êxito são muito menores do que normalmente se acredita. No cômputo geral, os homens parecem modificar-se muito menos que as mulheres após o divórcio.

Na perspectiva de Ahrons (1980), McLanahan (1981), apud Carter e McGoldrick (1995), durante esta fase, a família passa de um estado de crise para um estado de transição. Algumas famílias o descrevem como uma montanha russa, marcada pela euforia e depressão, na medida em que a vida começa a tomar forma. A transição dura de dois a três anos, e é caracterizada pelos esforços de “reagrupar-se”, isto é, de fazer mudanças externas nos relacionamentos entre os membros da família nuclear e ampliada.

Segundo Carter e McGoldrick, (1995), embora o casamento termine legalmente quando um dos cônjuges sai do lar conjugal, espera-se que, no final desta fase, o casamento termine emocionalmente. Independentemente de quão acertada tenha sido a decisão de terminar um casamento, ela cria tristeza. A maioria das pessoas foge desta tristeza, preenchendo seu tempo e vazio com outras pessoas e preocupações.

Com relação ao processo de divórcio, segundo Brown (1980), apud Carter e McGoldrick, o mesmo se divide em três fases: a primeira, compreende o primeiro ano após a separação, conformando um período de caos, confusão e crise, a segunda, o realinhamento, caracterizado por ser uma fase de transição em que as questões económicas, sociais e extra-familiares vão sendo reorganizadas, entre o segundo e terceiro ano após a separação, e por fim, a fase da estabilização, na qual se poderia dizer que, com efeito, há uma reorganização do sistema familiar.

Em geral, os homens e as mulheres respondem de formas diferentes em relação a estilo de manejo, segundo Bermane Turk (1981); Chiriboga e colaboradores, (1978) apud Carter e McGoldrick, (1995). No momento de iniciar os procedimentos, as mulheres tendem a ficar significativamente mais zangadas com os cônjuges, especialmente se percebem o marido com uma atitude semelhante, segundo Kelly (1986), apud Carter e McGoldrick (1995).

Elas tendem a encarar de frente o *stress* do divórcio, passam por um período de tumulto emocional, ficam zangadas ou deprimidas mas depois se recuperam, segundo Chiriboga e colaboradores (1978), apud Carter e McGoldrick (1995), no final das contas parece haver uma diferença significativa no modo como os homens e as mulheres se ajustam emocionalmente ao divórcio.

Wallerstein (1986) apud Carter e McGoldrick (1995), realizou um seguimento ao estudo de Kelly (1980), referente a dez anos pós divórcio, descobrindo que 55% das mulheres versus 32% dos homens sentiam que a sua vida havia melhorado e 64% das mulheres versus 16 % dos homens relataram um sentimento de crescimento emocional psicológico em resultado ao divórcio.

Na perspectiva de Carter e McGoldrick (1995), para o homem, os ajustamentos mais difíceis envolvem a perda do lar, de ser cuidado e o início dos encontros com o sexo oposto.

Féres-Carneiro e Woods (1987), apud Carter e McGoldrick (1995), mostram uma maior dificuldade dos homens de ficarem sós e uma tendência destes a se recasarem muito mais rapidamente que as mulheres.

Em relação ao recasamento Glick (1984), apud Carter e McGoldrick (1995), 5/6 dos homens e 3/4 das mulheres casaram novamente, com as chances de recasamento muito maiores quando o casal está nos primeiros estágios de vida familiar. Nestes recasamentos, o índice de divórcio ainda é mais alto do que nos primeiros casamentos, com as estatísticas variando de acordo com o sexo e o grupo de idade.



Carter e Mcgoldrick (1995), salientam que o processo de recasamento envolve maior complexidade, uma vez que mais sistemas familiares estão envolvidos, de modo que a bagagem emocional e as tarefas desenvolvimentais do ciclo vital tornam-se um desafio a mais para o casal que recasa. Quando há o recasamento, além dos ajustes decorrentes da união entre as famílias envolvidas, há outros elementos que se colocam em face deste novo relacionamento, tais como a família de origem, o primeiro casamento, o processo de separação/divórcio e também o período entre os casamentos.

Na perspectiva de Travis (2003), a palavra recasamento está longe de ser a melhor expressão para designar esta nova união, haja visto que o uso do prefixo “re” traz a ideia de repetição, de reformulação e de recriação, trazendo uma conotação negativa, como se antes existisse uma união mais original ou verdadeira. Desse modo, a família nuclear é ainda vivenciada como mais valorizada e legítima, como se o que fugisse a esse padrão fosse de menor valor.

#### *4.3.1 A questão económica*

Segundo Carter e Mcgoldrick (1995), os acordos financeiros e a necessidade de sustentar duas casas reduz, substancialmente, a base económica do pai que está partindo. Embora ninguém discuta que os homens, geralmente, estão numa posição melhor para se refazerem, depois deste revés financeiro, pode haver um senso inicial de perda em relação à questão.

Segundo as mesmas autoras, quanto mais pesadamente ele investiu na definição de seu sucesso com base em sua riqueza líquida (ou quanto menos a sua segurança financeira), mais ameaçado ele ficará com a perspectiva de enfrentar muitos anos de sustento dos filhos e ou de pagamento de pensão. O facto de sustentar uma casa onde não mora mais, e da qual não recebe mais nenhum benefício pessoal, também pode contribuir para tornar essa questão económica também uma questão emocional. Quando um homem não iniciou a separação, pode haver uma resistência ainda maior a pagar esse sustento.

Na perspectiva das autoras Carter e Mcgoldrick (1995), as questões de classe, muitas vezes, entram em cena aqui. Os tribunais podem exigir que os pais de classe média-alta paguem porções maiores de seus ganhos do que suas contrapartes de classe trabalhadora. Com os preços dos imóveis cada vez mais altos, os pais talvez não consigam comprar uma segunda casa, sendo forçados a morar num apartamento e / ou dividi-lo com colegas. Com efeito, eles

podem acabar vivendo como solteiros ou estudantes novamente. Os homens, geralmente, não buscam assistência para problemas relacionados às finanças. O que eles fazem para resolver problemas de dinheiro é trabalhar mais, o que constitui uma frequente “solução masculina” para qualquer desorganização na vida.

#### **4.3.2 *Relacionamento social***

Para Carter e Mcgoldrick (1995), enquanto as mulheres se tornam mães solteiras depois do divórcio, os homens se tornam solteiros. Uma vez que eles não têm a responsabilidade da paternidade em tempo integral, eles têm mais tempo livre depois do divórcio. Apesar da perda da estrutura familiar e de sua condição concomitante, os homens divorciados têm maiores facilidades sociais do que as suas contrapartes femininas. Embora não tenham o apoio social de amizades íntimas, eles frequentemente possuem uma rede social já estabelecida no trabalho.

Na perspectiva das mesmas autoras, em termos de relacionamentos sociais com mulheres, um homem divorciado geralmente é considerado um “bom pai”. Ele pode, inicialmente, sentir-se desajeitado para namorar, mas ainda é sua a vantagem de ser o iniciador e, portanto, pode “escolher” se vai convidar alguém para sair ou não, em vez de esperar ser convidado. Além disso, não há falta de companhias potenciais, pois eles sempre tiveram uma maior variedade para seleccionar suas parceiras de encontros. Ansiando por conforto emocional.

Segundo Glick (1980), apud Carter e Mcgoldrick (1995), depois do divórcio, os homens se casam mais cedo, e com maior frequência que as mulheres, muitas vezes com parceiras muitas vezes uma década ou duas mais jovens do que eles.

Para Carter e Mcgoldrick (1995), embora a maioria dos homens divorciados não tenha dificuldade em encontrar novas parceiras, eles podem comprometer-se prematuramente, numa resposta à perda da “família”. Quando o fazem sem resolver as questões envolvidas no término de seu primeiro casamento, isso muitas vezes aumenta seus problemas. Por outro lado, alguns homens evitam completamente a intimidade, centrando-se na gratificação sexual de seus novos relacionamentos. Quando o envolvimento num relacionamento aumenta, esses homens costumam passar para um outro relacionamento. Geralmente é com esses homens que a mãe solteira se encontra quando começa a sair.

## **Capítulo 2: Estudo empírico**

---

Quanto ao enfoque metodológico, neste trabalho optou-se por compreender o problema através de uma linha de pesquisa qualitativa uma vez que, segundo Minayo, (2003), uma pesquisa deste tipo, trabalha com questões de significados, valores, crenças, cujo universo não pode ser mensurado, e nem reduzido à operação de variáveis, e por isso, tem carácter dito qualitativo.

Segundo Gil (2007), trata-se de uma pesquisa exploratória, que tem como principal finalidade, desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, esta é o que apresenta menor rigidez no planejamento. Habitualmente documenta, entrevistas não padronizadas e estudo de caso.

### **Amostra/participantes**

Para realizar esta investigação participaram oito sujeitos, do sexo masculino, que já passaram pela experiência do divórcio. Os oito indivíduos têm idade compreendida entre os trinta e seis e os cinquenta e nove anos, com a duração do divórcio entre um a vinte e cinco anos.

## **Instrumentos utilizados**

Como técnica de recolha de dados, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, elaborada por nós, com dezasseis questões, relacionadas com a profissão, idade, escolaridade, condições socioeconómicas, se tem filhos ou não.

Como este estudo aborda o tema análise psicológica do divórcio, numa perspectiva masculina, achou-se que a entrevista se adequasse melhor, uma vez que podemos ter uma ideia mais aprofundada do assunto, bem como observar a linguagem não-verbal, dos entrevistados, a tonalidade de voz, a ênfase nas respostas e das suas atitudes.

## **Procedimentos**

Os dados foram recolhidos em seus respectivos locais de trabalho e o horário foi estabelecido por eles.

A entrevista foi gravada mediante autorização dos participantes e antes de responderem às questões, receberam instruções sobre os objectivos, a finalidade do tema em estudo, a confidencialidade e o anonimato dos dados.

## **Instrumentos de tratamento de dados**

Segundo Berelson (2007), apud Gil (2007), os dados foram tratados através da análise de conteúdo que é uma técnica de investigação que, de uma descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem como finalidade a interpretação destas mesmas comunicações.

A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: pré análise, exploração do material, e tratamento dos dados, segundo Bardin (1977), apud Gil (2007). A pré-análise é a fase de organização, inicia-se geralmente com os primeiros contactos com os documentos. A seguir, procede-se à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A exploração do material constitui, geralmente, uma fase longa e fastidiosa que tem como objectivo administrar sistematicamente as decisões tomadas na pré-análise. A terceira fase, tratamento dos dados, por fim objectivam tornar os dados válidos e significativos.

## 2.1 Apresentação, análise e discussão dos resultados

### 2.1.1 *Características socio-demográficas dos inquiridos*

**Homem 1**-Guarda-fiscal, quarenta e dois anos, uma filha de onze anos, ensino secundário, classe média.

**Homem 2** - Gestor, trinta e seis anos, dois filhos, um de dois anos e outro de sete anos, licenciado, classe média.

**Homem 3** -Director comercial, quarenta e nove anos, um filho de vinte anos, licenciado, classe média.

**Homem 4** – Engenheiro, trinta e nove anos, sem filhos, Doutorado, classe média.

**Homem 5** - Técnico de manutenção de avião, quarenta anos, dois filhos, um de dez anos, outro de catorze anos, técnico profissional, classe média.

**Homem 6** - Motorista, cinquenta e três anos, nove filhos, um de doze, vinte e seis, vinte e sete, vinte e oito, vinte e nove, trinta, trinta e um, trinta e dois, trinta e três, trinta e quatro anos, 2º classe de escolaridade, classe baixa.

**Homem 7** - professor, duas filhas, uma de dezassete anos e outra de catorze anos, trinta e nove anos, mestre em sistema de informação geográfica, situação económica média.

**Homem 8** - comerciante, cinquenta e oito anos, dois filhos, um de trinta e sete, e de trinta e dois anos, 12º ano de escolaridade, situação económica média.

Os dados recolhidos nas entrevistas com os participantes foram sintetizados e agrupados em quatro categorias, nomeadamente, casamento, separação, divórcio, filhos, pós-divórcio, que serão descritas a seguir:

**Categoria1- Há quanto tempo esteve casado?**

H1-*“Eu estive casado durante oito anos”*

H2-*“Eu estive casado durante oito anos”*

H3-*“Eu estive casado durante dez anos”*

H4-*“Eu estive casado durante cinco anos”*

H5-*“Eu estive casado durante doze anos”*

H6-*“Estive casado durante vinte e cinco anos”*

H7- *“Estive casado durante dezoito anos”*

H8- *“Estive casado durante quinze anos”*

A média da duração de casamento desta população alvo é de doze anos e meio, sendo que o de menor tempo é de cinco anos e o de maior tempo, vinte e cinco anos, ressaltando ainda que, na época de dissolução do casamento, tinham em média, mais de trinta anos.

Na cidade da Praia, não existe um estudo que comprove a idade média do divorciado, mas pelas informações, do Tribunal de Família, os homens que se divorciam, têm, mais de trinta anos de idade.

No Brasil, segundo Cano, Gabarra, Moré e Crepaldo (2009), a duração média dos casamentos é de dez anos e meio, sendo que os cônjuges, na época de dissolução têm, em média, mais de trinta anos.

Segundo Anália Torres (1996), de instituição a preservar a qualquer custo, o casamento tornou-se, tendencialmente, numa relação que dura enquanto se mantiver compensadora para quem nela está envolvida.

## **Categoria 2- Como foi estar casado?**

H1- *“Estar casado **foi bom**, mas depois de seis anos começaram a surgir alguns desentendimentos”*

H2- *“Foi muito tumultuoso mas **foi bom**, no entanto nos últimos dois anos descambou-se; ou seja a partir de seis anos de casado, deixou de ser bom”*

H3- *“Durante os três anos **foram bons**, mas nos outros sete anos, começou a se desgastar”*

H4- *“Estar casado **foi bom** durante um ano e meio de casados, os três anos seguintes, não foram bons”*

H5- *“Estar casado foi **muito bom** tivemos momentos muito bons, infelizmente nos últimos quatro anos deixou de ser bom”*

H6- *“Foi **muito bom**, mas depois de dez anos de casado, o casamento começou a fracassar, uma vez que havia desconfiança de traição por parte da minha mulher, depois disso comecei a ter relações com outras mulheres”*

H7- *“Estar casado foi **muito bom**, mas depois de dez anos de casado as coisas começaram a correr mal, incompatibilidades na forma de pensar”*

H8- *“Estar casado **foi muito bom**”*

Em relação a esta categoria, quatro entrevistados mencionaram que o casamento foi bom, e os outros quatro relataram que foi muito bom. Ao relatarem esta experiência depreenderam que foram momentos marcantes nas suas vidas, mas que, depois de algum tempo, o casamento começou a desmoronar-se.

Segundo Féres-Carneiro (2003), o casamento para os cônjuges, é a principal área de auto-realização social, e a base dos relacionamentos na esfera privada.

Na pesquisa de Féres-Carneiro (2003), a concepção de casamento para os homens está relacionada com a constituição da família, enquanto que, para as mulheres, o casamento é concebido como relação amorosa.

### **Categoria 3- Há quanto tempo está divorciado**

H1-*“Estou divorciado há quatro anos”*

H2-*“Estou divorciado há quatro meses”*

H3-*“Estou divorciado há doze anos”*

H4-*“Estou divorciado há um ano e meio”*

H5-*“Estou divorciado há quatro anos”*

H6-*“Estou divorciado há três anos”*

H7- *“Estou divorciado há um ano e poucos meses”*

H8- *“Estou divorciado há vinte e cinco anos”*

Analogamente à variação do tempo de divórcio evidenciado, percebe-se diferenças nas respostas, dois deles possuem o mesmo tempo de divórcio (quatro anos), o último possui maior tempo, (vinte e cinco anos). A média da idade do divórcio destes indivíduos é cerca de seis anos e meio.

### **Categoria 4- Qual foi principal motivo (razão) da separação?**

H1- *“Interferências por parte dos familiares da minha ex. esposa, o importante para ela é o que a família dela dizia e não o que eu dizia-lhe”*

H2- *“Desentendimentos, traição da minha parte e da parte dela, o amor que diminuiu”*



H3- *“A distância, a minha ex-esposa viajou para formação, o que distanciou a nossa relação, acabando por me envolver com outra, e ela por sua vez com outro”*

H4- *“A principal causa da nossa separação foi a distância, a relação se desgastou e o facto da minha ex-mulher me trair durante a minha viagem”*

H5- *“A minha ex-mulher, não mostrava interesse em permanecermos juntos, falta de amor por parte dela”*

H6- *“Eu fui a causa do nosso divórcio, envolvimento com outras mulheres”*

H7- *“O que aconteceu foi essencialmente a forma de pensar, de ver o mundo que é de uma maneira muito diferente, muita discussão, falta de respeito, violência verbal, por ambas as partes.”*

H8- *“Sinceramente não sei bem o que aconteceu, mas na altura eu tinha um trabalho que era à noite, tive algumas relações com outras mulheres, e com isso acho que começamos a nos distanciar”*

As causas do divórcio são várias, a maioria refere que não é uma pergunta fácil, de responder. Os casais apresentam causas como, traição, distancia, falta de interesse por parte da ex-esposa, intrigas e violência verbal.

A juíza de Família Ana Reis, que conta com uma vasta experiência jurídica nesta área, aponta que, a maior causa do divórcio na cidade da Praia, tem a ver essencialmente com as condições económicas, onde o marido por não assumir as suas responsabilidades, provoca desequilíbrios no lar, acabando os encargos por ficarem sob os ombros da mulher, gerando conflitos e, consequentemente, o divórcio.

A mesma avança ainda que, a traição é a segunda causa do divórcio. Embora a traição seja vista na cidade da Praia, como algo negativo, mas socialmente aceite, é de se realçar que os entrevistados, quando foram confrontados com os motivos das suas separações, a maioria, hesitou nas respostas. No entanto, acabaram admitindo que foi devido à traição por parte deles, tendo, este indicador neste caso, dito maior peso na origem do divórcio.

Péck e Monocherian (1980), apud Carter e Mcgoldrick (1995), apontam alguns factores etiológicos relacionados à incidência do divórcio encontrando-se: a diferença de status socioeconómico (quando a mulher ganha mais, instabilidade da renda e do emprego do marido); o menor grau de instrução do homem; a idade dos cônjuges (quanto mais jovens, mais alta é a incidência); a ocorrência de gravidez pré-nupcial; diferença racial, e as questões de género.

Segundo Féres-Carneiro (2003), a traição masculina aparece como causa de maior parte das separações e, conforme é colocado, há uma diferença de sentimentos em relação à infidelidade, haja vista que são as mulheres as que relatam sentimentos de culpa pela traição. Na medida em que a traição masculina é muito mais aceita culturalmente que a feminina.

Segundo Féres-Carneiro (2003), diferentes estudos realizados em culturas diversas ressaltam o facto de os homens traírem mais que as mulheres.

Quando o assunto é divórcio, verifica-se que não existe um consenso sobre se trata de um evento normativo ou não normativo. Autores como Carter e Mcgoldrick (1995), observando o desenvolvimento da família em termos históricos, afirmam que o número de divórcios na última década, na sociedade americana, permite dizer que o mesmo pode ser compreendido como um evento normativo, dada a sua alta incidência.

Na perspectiva de Féres-Carneiro (2003), os casais buscam o divórcio por acreditarem que o casamento possa ser algo mais do que aquilo que as suas relações oferecem.

### **Categoria 5- Quem tomou a decisão de se separarem?**

H1-*“A decisão foi minha, mas acho que no fundo foi dela, porque encontrei papéis de divórcio guardado, daí resolvi adiantar o processo”*

H2- *“A decisão de nos separar foi dela”*

H3- *“A decisão foi minha, ela achava que poderíamos ainda tentar a reconciliação”*

H4- *“A decisão foi dela, eu ainda estava a estudar fora do país”*

H5- *“Eu tomei a decisão porque vi que ela queria empurrar-me para tal, se bem que considero dela a decisão, eu só apressei a papelada”*

H6- *“Quem tomou a decisão fui eu, porque nós vivíamos em casa em camas separadas, por opção dela, então já estava cansado daquela situação”*

H7- *“A decisão de separação foi da minha ex-mulher, ela por vezes dizia que me deixava, mas nunca falamos a sério sobre isso, um dia cheguei do trabalho, quando entrei em casa, não havia ninguém, nem as roupas nem as mobílias”*

H8- *“A decisão foi minha, a relação não dava para continuar”*

A decisão da separação de acordo com as respostas, partiu, na maior parte das vezes, dos esposos, embora reconheçam, que não foi por vontade própria, mas por verem as esposas já não quererem mais continuar a relação. Esta situação acabou por acelerar o processo de divórcio.

No entanto, segundo Féres-Carneiro (2003), de acordo com a literatura pesquisada, assim como dados internacionais, a grande maioria das demandas de separação é feminina.

Na maioria dos divórcios, um dos parceiros quer sair do casamento mais do que o outro. (Wallerstein e Kelly 1980, Ahrons 1981, apud Carter e McGoldrick 1995).

Segundo Spanier e Casto (1979), apud Carter e McGoldrick (1995), para o cônjuge que não toma iniciativa, quanto mais súbita e inesperada a decisão parece ser, mais difícil será o seu ajustamento emocional inicial.

Muitos cônjuges não iniciadores do processo de divórcio estão totalmente despreparados para a decisão e vivenciam um sentimento de total baixa auto-estima, impotência e humilhação (Wallerstein e Kelly, 1980 apud Carter e McGoldrick 1995).

### **Categorias 6- Como é que ficaram depois dessa decisão?**

H1-*“Depois disso a nossa conversa foi mínima, só conversávamos assuntos relacionados com a nossa filha, aluguei uma casa e me instalei”*

H2-*“A nossa relação passou a ser normal, conversávamos o mínimo possível, tive que alugar outro apartamento sozinho”*

H3-*“Como ela ainda estava ausente, falávamos, normalmente ao telefone, assuntos relacionados com os nossos filhos”*

H4- *“Muito mal, discutíamos muito ao telefone, não suportava a ideia dela namorar com outra pessoa”*

H5-*“Fui para casa da minha mãe, e nos relacionávamos de forma normal”*

H6- *“Foi tranquilo, sem desentendimentos”*

H7- *“Depois desta decisão a relação ficou boa, até passei o natal com ela e os filhos”*

H8- *“Depois da decisão continuamos amigos, ela resolveu viajar para estudar e eu apoiei”*

Depois da decisão constata-se que a relação entre os entrevistados e suas ex-mulheres, na maioria dos casos foi normal, com diálogos sobre assuntos relacionados com os filhos, sem grandes desentendimentos, de forma amigável, sem qualquer tipo de violência, salvo o H4, que diz ter discutido muito na altura com a ex-mulher.

Segundo Hetherington (1982) apud Carter e McGoldrick (1995), este é um momento muito difícil para toda família, quanto mais reactiva for a família, maior a crise. Inicialmente, cada cônjuge está num estágio de vulnerabilidade emocional aumentada, que pode interferir com o funcionamento normal.

### **Categoria 7- Como é que os filhos ficaram a saber?**

H1-*“Eu não quis tocar neste assunto com ela, preferi mantê-la fora disso, não sei se a mãe falou com ela”*

H2-*“Eu não entrei em detalhes, ela assumiu que falaria com eles, eu só lhes expliquei o porquê de estar fora de casa”*

H3-*“Ambos falamos com o nosso filho”*

H5-*“Os filhos ficaram a saber por nós, sentamos os quatro explicamos a elas o que estava a suceder”*

H6-*“Os nossos filhos já tinham percebido que não estávamos bem, pelo que não foi necessário contar-lhes”*

H7- *“Como a mãe levou-as de casa sem eu estar à espera, não houve oportunidade de falarmos os dois com elas, mas depois de mudarem de casa com a mãe, eu conversei sozinho com elas”*

H8-*“Falei com a nossa filha que já era maiorzinha, mas o miúdo não, porque tinha só quatro anos”*

Apesar da maioria dos entrevistados (#4) ter conversado sobre a separação com os seus filhos, uma parte considerável dos entrevistados (#3) considerou que não era necessário, pois era importante poupar-lhes, o que se confirma com a perspectiva de Souza (2000), que as famílias com filhos pequenos têm dificuldade na comunicação sobre a decisão de separação do casal, o que pode gerar confusão para os filhos sobre o que está acontecendo. Frequentemente, a falta de comunicação intrafamiliar ocorre pela ideia de que falar pode prejudicar a criança, de

modo que os filhos mantêm o silêncio, o que é compreendido pelos pais como ausência de dificuldades.

Embora o divórcio possa ser percebido como uma solução para os problemas dos pais, poucos filhos parecem querer o divórcio, independentemente da tensão conjugal existente antes da separação.

Segundo Wellerstein e Kelly (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), suas reações variam de acordo com a idade, temperamento, sexo, posição social, experiências passadas, sistemas de apoio e competência cognitiva social. Para muitos filhos, o divórcio significa uma mudança na natureza do relacionamento com e do acesso à família ampliada (avós, tias, tios, primos). Quando o divórcio é amargo, os conflitos de lealdade muitas vezes são transmitidos ao longo das linhas geracionais de uma maneira improdutivo para todos.

#### **Categoria 8- O que fizeram em relação à guarda dos filhos?**

H1-*“Não chegamos a disputar a nossa filha no tribunal, mas acredito que se eu pedisse a guarda, ganhava, Porque ela não cuidava bem da nossa filha, mas não quis tirá-la da mãe, porque acho que os filhos devem ficar com as suas mães”*

H2-*“Achei por bem que os filhos ficassem com a mãe, acho que os filhos devem ficar com a mãe, mesmo porque trabalho muito, viajo muito, e ela é uma boa mãe, não pensei nunca em pedir a guarda”*

H3- *“O filho ficou com a mãe, mesmo porque durante a viagem que a mãe fez ele viajou com ela, e sendo a mãe, muito dedicada e o filho apresenta algumas limitações(atraso motor...) achei por bem ficar com a mãe”*

H5-*“Acho por bem os filhos ficarem com as mães. As minhas filhas se dão muito bem com a mãe, pelo que, apesar de ter pensado, algumas vezes, em pedir a guarda, porque teve momentos em vezes que achei que a mãe não tinha tempo para elas, acabei por desistir da ideia”*

H6-“*Os filhos ficaram com a mãe, uma vez que não tinha condições de ficar com eles, não tinha condições de os receber, não tinha casa, fogão, cama, tinha que começar de novo, e eles ficam bem com a mãe, ela é uma boa mãe*”

H7- “*As meninas ficaram com a mãe, acho que ela é boa mãe, não havia necessidade de brigar pela guarda delas, eu acho que não conseguiria dar às minhas filhas estabilidade emocional depois do divórcio*”

H8-“*Como a mãe viajou, eles ficaram com ela, ela é boa mãe, então achei por bem ficarem com ela*”

A maioria dos homens entrevistados, apoia a ideia da ex-mulher ficar com a guarda dos filhos. No entanto, dois dos entrevistados pensaram em lutar pela guarda no início do processo de separação, pois, disseram que não estavam satisfeitos com a educação que os filhos recebiam das mães, mas posteriormente desistiram da ideia por considerarem que os filhos ficariam melhor aos cuidados das respectivas mães.

Segundo o Código Civil cabo-verdiano, artigo 1819º (2010), durante os seis primeiros anos de vida a guarda e o cuidado do filho deve ser atribuído, prioritariamente, à mãe, a não ser que circunstâncias especiais aconselhem outra solução.

Segundo informações do Tribunal de Família, são poucos os pais que pedem a guarda do (os) filho (os), existindo casos raríssimos neste sentido.

Segundo Carter e Mcgoldrick (1995), a partir dos achados de pesquisa, até ao momento, parece que, independentemente do papel que o pai desempenhava na família pré-divórcio, ele é capaz de assumir toda a responsabilidade envolvida no cuidado com os filhos pós-divórcio.

Com participação do pai num arranjo de custódia conjunta, desenvolve-se uma qualidade diferente de envolvimento psicológico. As mulheres são menos positivas em relação aos arranjos da paternidade compartilhada, e, mais do que os homens, querem ter os filhos consigo por um tempo maior, 70% versus 40%, segundo Kelly (1986), apud Carter e Mcgoldrik (1995).

Dolto (2003), comenta que algumas mães tratam seus filhos como se fossem delas, caindo na armadilha da sua própria possessividade.

Neste tipo de contexto segundo Boch-Galhau (2002), é possível o surgimento do fenómeno que vem sendo descrito como PAS (síndrome de alienação parental), que diz respeito ao afastamento do pai, por indução da mãe, que impede o contacto e manipula os filhos contra o pai.

### **Categoria 9- Como foi para ti o processo de divórcio?**

H1-*“Antes de mais acho que todos deveriam evitar o divórcio, falta-me até palavras para descrever o que senti, senti um vazio, eu nunca casei-me para divorciar. É complicado, principalmente o facto de estar longe da minha filha, gostaria muito de estar perto da minha filha e acompanha-la de perto na sua educação”*

H2-*“Neste momento estou bem, o processo de divórcio é muito cansativo e desgastante, devido a tantas burocracias, e quando saí de casa, habituar-me com uma vida nova, foi difícil, não conseguia dormir, ter que viver sozinho foi horrível”*

H3-*“Para mim o processo de divórcio foi tranquilo, estava numa outra relação, que me pressionava a divorciar”*

H4-*“Para mim o processo de divórcio, foi terrível, apesar de estar certo que queria divorciar-me, me senti muita decepção, tristeza, e sentia que ainda gostava dela”*

H5-*“Para mim o divórcio foi difícil”*

H6-*“O processo de divórcio foi tranquilo, mas senti um vazio”*

H7- *“O divórcio foi muito duro, no início quando ela deixou a casa, abalou-me muito, senti-me isolado e triste com a vida”*

H8- *“O processo de divórcio foi triste, senti um vazio”*



Pelas respostas dos entrevistados, o processo de divórcio, foi muito difícil, com muita tristeza, principalmente solidão, a falta de hábito de estar sozinho, o facto de deixar de estar perto dos filhos, acompanhando de perto sua educação, salvo um entrevistado que relatou não ter sentido nada, porque já se relacionava com outra mulher, que já o pressionava para o divórcio.

Para Giusti (1987), apud Carter e McGoldrick (1995), a separação conjugal causa um sofrimento ainda maior quando as pessoas casam achando que era para durar para sempre, quando tem o ideal de que o casamento é um vínculo indissolúvel.

#### **Categoria 10- Durante o processo, ou depois do divórcio abusou de alguma substância?**

H1-*“Eu não usei nenhuma substância”*

H2-*“Não usei nenhuma substância”*

H3-*“Não, não usei substância nenhuma”*

H4-*“Eu bebi um pouco a mais de que o costume, mas sem grandes exageros”*

H5-*“Não, não usei nenhuma substância”*

H6-*“Não abusei de nenhuma substância”*

H7-*“Não abusei de nenhuma substância, acho que seria bem pior”*

H8-*“Não abusei de nada”*

Sintomas comuns incluem a incapacidade de trabalhar efectivamente, má saúde, mudanças no peso, insónia e outros transtornos do sono, disfunção sexual, e uso de álcool, tabaco e outras substâncias (Hetherington 1982, apud Carter e McGoldrick 1995).

Apesar de estudos revelarem que as pessoas divorciadas tendem a consumir álcool e outras substâncias, no nosso estudo não constatamos o uso destes, salvo um dos entrevistados que abusou um pouco de bebidas alcoólicas mais do que o de costume.

Segundo Bloom (1973) e colaboradores, apud Carter e McGoldrick (1995), no passado, a pesquisa focava o relacionamento entre divórcio e psicopatologia, com status conjugal vinculado ao distúrbio mental. As evidências que apoiam essa ideia decorrem da vulnerabilidade psicológica de muitas pessoas na época do divórcio. As pessoas divorciadas correm um risco seis vezes maior de serem hospitalizadas do que pessoas casadas. Pessoas divorciadas apresentam um índice de suicídio duas vezes maior do que as casadas, mais acidentes de carro, mais doenças físicas, culminando em morte, e mais problemas de abuso de substâncias.

**11- Sentiu-se deprimido, (triste, sem vontade de sair, de conviver, ou de fazer as coisas habituais)?**

H1-*“Sim me senti deprimido, mas continuei a fazer as coisas que eu fazia normalmente, mas senti muito triste”*

H2- *“ Me senti triste, com baixa auto-estima, mas isto não impediu-me de fazer as coisas que fazia habitualmente”*

H3-*“Não, não me senti deprimido, correu tudo de forma normal”*

H4-*“ Me Senti em baixo, com muita tristeza, baixa auto estima, sem vontade de sair”*

H5-*“Não deixei de fazer as coisas que eu fazia, um dia estava a trabalhar e, de repente desatei a chorar, frente aos meus colegas de trabalho, acabando por ir para a casa, porque já não conseguia trabalhar”*

H6-*“Me senti muito triste, e com um grande vazio, baixa auto-estima, chorava, me sentia sozinho, mas fiz a minha vida normal”*

H7-*“ Me senti bastante triste, em baixo mesmo, não saía de casa, não abria a porta para ninguém, só via televisão, mergulhei-me no trabalho, trabalhava todos os dias, incluindo sábados e domingos, desde as 7.30 da manhã às 7:00 da noite, só para não pensar”*

H8-“*Me senti sozinho, muito triste, afinal viver com uma pessoa por muito tempo e de repente estar sozinho não é fácil, mas continuei a fazer as minhas coisas normalmente*”

Os entrevistados relataram terem sentido sintomas de depressão, como tristeza, grande vazio, muita solidão, baixa auto-estima, sem vontade de sair e de conviver, embora não deixassem de fazer as coisas habituais.

Alguns passaram a trabalhar com um certo exagero como foram os casos de H5 e H7 que relataram que começaram a trabalhar mais, para poderem estar ocupados e, assim, esquecerem um pouco a situação pela qual estavam passando.

Esta ideia vai de encontro à pesquisa feita por Cheriboga e colaboradores (1978), apud Carter e McGoldrick (1995), onde indica que muitos homens lidam com a infelicidade atirando-se no trabalho e mais tarde sentem, experienciam um sentimento de mal-estar total.

O divórcio é, na verdade, na perspectiva de Wellerstein e Blakeslee (1991), o oposto da paixão, conduzindo de forma inevitável à raiva e, por vezes, à fúria intensa, fúria essa que as pessoas pensam ser plenamente justificada. É a fúria que faz bem. Arraigada na sensação de ter sido explorado e humilhado até ao âmago, essa raiva brota da auto-estima ferida e faz com que nos defendamos contra a depressão e as sensações de carência afectiva e abandono. É o tipo de raiva que ajuda as pessoas a negarem a responsabilidade pelo fracasso do casamento.

De acordo com Bee (1994) apud Carter e McGoldrick (1995) apud Carter e McGoldrick (1995), os efeitos psicológicos após a separação estão relacionados com o aumento do número de doenças físicas e emocionais. Nesse momento de fragilidade, as pessoas se encontram mais propensas a sofrerem acidentes automobilísticos, há tendência ao suicídio, a deixarem de comparecer ao trabalho e a deprimirem-se com facilidade.

## **12- Neste período o que achas que te ajudou?**

H1- “*O que me ajudou foi o apoio dos meus familiares*”

H2-“*A minha família ajudou-me bastante, procurei conviver mais com eles para não pensar muito, enterrei-me de cabeça no trabalho*”

H3-*“Como já estava numa outra relação, penso que isso me ajudou”*

H4-*“Relacionei-me com várias mulheres, e isso me ajudou a esquecer”*

H5- *“Casei-me um ano depois de me divorciar, e isso ajudou-me bastante”*

H7-*“Eu todas as semanas vou à missa tenho muita fé, e isso me ajudou muito”*

H8-*“Eu não me apeguei em nada, mentalizei-me e acabei por acostumar-me pouco a pouco com a ideia de estar divorciado”*

No processo do divórcio, sendo um período difícil, onde as pessoas estão mais fracas psicologicamente, o apoio das redes sociais, dos indivíduos é muito importante, como nos mostraram nas respostas das entrevistas.

Podemos constatar que muitas estratégias foram utilizadas pelos nossos entrevistados, para os ajudar no momento do divórcio, como, por exemplo, apegar-se na religião, relacionar-se com algumas mulheres, voltar a casar e também trabalhar muito. É de se referir que todas essas estratégias tinham como principal objectivo esquecer a situação e a própria ex-mulher.

Em relação ao recasamento Féres-Carneiro e Woods (1987), apud Carter e McGoldrick (1995), mostram uma maior dificuldade dos homens de ficarem sós e uma tendência destes a se recasarem muito mais rapidamente que as mulheres.

Segundo Carter e McGoldrick, (1995), embora o casamento termine legalmente quando um dos cônjuges sai do lar conjugal, espera-se que no final desta fase o casamento termine emocionalmente. Independentemente de quão acertada tenha sido a decisão de terminar um casamento, ela cria tristeza. A maioria das pessoas foge desta tristeza, preenchendo seu tempo e vazio com outras pessoas e preocupações. Muitas pessoas desempenharão um papel fundamental nessa fase os filhos, os membros da família ampliada, os amigos, os amantes, os colegas, os advogados e outros. O apoio da família e dos amigos é crucial, tanto para os homens quanto para as mulheres.

### 13- Como é a relação com a sua ex-mulher?

H1-*“A relação com a minha ex-mulher, é fria, falamos só ao telefone, mas não pessoalmente, e quando falamos é sobre a nossa filha”*

H2-*“Eu não quero aproximações com ela, quero “friar-me” cada vez mais”*

H3-*“Hoje a relação com a minha ex-mulher é ótima, somos bons amigos, convivemos juntos, com os actuais companheiros”*

H4-*“A nossa relação não é má, mas falamos muito pouco”*

H5-*“Hoje tenho uma relação que não é má, mas com algum desentendimento, por causa da pensão, às vezes há atraso no pagamento, porque demoram por pagarem-me no trabalho, e ela não compreende, então a discussão é inevitável”*

H6-*“A relação com a minha ex-mulher é boa, ajudo-a com alimentos, dou apoio naquilo que posso”*

H7-*“Hoje a nossa relação é péssima, nós não nos falamos, tudo isso porque arranjei outra namorada e ela queria brigar com ela”*

H8- *“Tenho uma boa relação com a minha ex-mulher”*

Os entrevistados, H1, H2, H5, H7, mencionaram que a relação com a ex-mulher é bastante fria, com algum desentendimento, o único assunto tratado por eles tem a ver com os filhos, e os outros entrevistados, H3, H4, H6, H8, mencionaram que a relação é boa com suas ex-mulheres, destacando-se o caso do H3, que afirma conviver com a ex-mulher e o actual companheiro.

Nos estudos de Wallerstein e Blakeslee (1991), dez anos após o divórcio, metade das mulheres e um terço dos homens sentem raiva intensa de seus antigos cônjuges, comparado com a época do divórcio houve pouca mudança.

Um recente estudo de cinco anos, de Goldsmith (1980), apud Carter e McGoldrick (1995) que examinou a natureza dos relacionamentos conjugais anteriores (todos com filhos), descobriu que metade dos casais estudados foi capaz de chegar a um relacionamento amigável: 12% eram grandes amigos. 38% eram colegas cooperativos, 25% eram sócios zangados e 25% eram adversários furiosos. Outros estudos examinando a qualidade do relacionamento co paternal indicam que o primeiro ano é mais difícil, com 95% declarando que seus sentimentos mudaram, consideravelmente, no ano após o divórcio, de uma maneira que permitiu um relacionamento melhor.

#### **14- E em relação aos filhos como é a vossa relação?**

H1-*“Tenho óptima relação com a minha filha, ela passa os fins-de-semana comigo”*

H2-*“Sempre que posso vou buscar os meus filhos, dou-me bem com eles”*

H3-*“A relação com meu filho é óptimo, saímos de férias todos os anos para o estrangeiro”*

H5-*“Tenho boa relação com as minhas filhas, os fins-de-semana passo com elas em minha casa, divertimos muito, e com a minha actual esposa e elas dão-se muito bem”*

H6-*“Hoje tenho boa relação com os meus filhos, eles se preocupam muito comigo”*

H7- *“Temos uma relação linda eu e minhas filhas, sempre que posso vou buscar-lhes, passamos os fins-de-semana juntos”*

H8-*“Temos boa relação, sou amigo dos meus filhos”*

Diante do contexto de separação conjugal, conforme Goetz e Vieira (2009), o pai que se afasta do lar pode continuar a manter uma relação de afecto, de orientação, de cuidado e de amor, mesmo com a distância física, que, em alguns momentos, restringe o cuidado directo e o contacto com os filhos. Porque, de acordo com os autores, para os filhos, basta saber que o pai se preocupa e pode cuidar deles quando for necessário.

Todos os entrevistados disseram manter uma boa relação com os seus filhos e sempre que podem passam finais de semana juntos, o que é muito importante para ambas as partes.

Segundo Brito (2005), para os homens, o significado de ser pai e suas atribuições, se tornam ofuscados em função do rompimento conjugal, com a ex-mulher se responsabilizando por todas as decisões referentes aos filhos. O facto de os homens serem considerados meros visitantes, faz com que se sintam sem voz, sem acção, e muitas vezes destituídos do seu papel, ampliando assim, seu afastamento.

### **15- O que acha que mudou na tua vida?**

H1-*“Hoje estou mais tranquilo, estou em paz, apesar de morar sozinho, cresci muito com o que me aconteceu, estou mais optimista, acho que se tiver condições caso-me de novo”*

H2-*“Tornei-me mais pragmático com tudo isso, hoje valorizo muito estar em paz”*

H3-*“Aprendi que se estiver numa relação a dois como estou hoje, e se a minha companheira quiser estudar fora, não deixo, porque a distância acaba com a relação”*

H4-*“Hoje sou uma pessoa mais fria, menos simpático, desconfiado”*

H5-*“Aprendi que não conseguimos controlar as coisas”*

H6-*“Mudei muito para o positivo, hoje quero uma relação mais estável, tenho outros princípios na minha vida”*

H7-*“Hoje eu tenho outra alegria de viver, o que sinto hoje já há muito não sentia. Senti até que o divórcio teve uma repercussão positiva na minha saúde, estou mais calmo, hoje faço coisas que a minha ex-mulher não me apoiava, coisas que eram a minha paixão, como a política por exemplo, mas que hoje faço e estou feliz por isso”*

H8- *“Hoje sou mais maduro”*

Para a maioria, a experiência do divórcio trouxe mudanças com repercussões positivas. A separação trouxe paz, tranquilidade, alegria de viver, possibilidades de fazer coisas que antes não era possível, positividade, apesar de um deles ter dito que passou a ser mais frio, mais desconfiado.

Os nossos resultados, contraria com o estudo de Wellerstein e Blakeslee (1991), que aponta que, dez anos depois, quase metade das mulheres e dois terços dos homens apresentam uma qualidade de vida igual ou inferior àquela anterior ao divórcio. Se a finalidade do divórcio for a de gerar, conquistar ou acentuar um padrão de vida mais elevado e feliz que a do casamento fracassado, então as chances de êxito são muito menores do que normalmente se acredita. No cômputo geral, os homens parecem modificar-se muito menos que as mulheres após o divórcio.

Mas, por outro lado, segundo Peck e Manocherian (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), se para alguns, o divórcio pode aumentar as dificuldades pessoais, para outros funciona como estímulo ao crescimento pessoal, de uma maneira que não era possível quando estavam casados, como é o caso de alguns dos entrevistados.

#### **16- Como é a tua vida hoje?**

H1-*“Hoje estudo, faço Direito, moro sozinho a minha rotina não mudou muito, estou em paz, penso em viver com alguém”*

H2-*“Hoje moro sozinho mas não estou muito feliz, porque queria muito estar com alguém, para dar e receber, sinto falta de uma companheira, e se tivesse que casar, casaria novamente”*

H3-*“Hoje como já tinha dito estou numa relação, tenho mais dois filhos, estou tranquilo, mas jamais irei me casar novamente”*

H4-*“Hoje namoro, planeamos viver juntos”*

H5-*“Hoje estou feliz com a minha nova esposa, nos damos muito bem”*



H6-*“Hoje moro sozinho, apesar de me sentir sozinho, estou em paz, quero construir a minha vida de novo, com outra mulher, casar, se for possível, porque não”*

H7-*“Hoje tenho uma relação boa com a minha namorada, com ela sinto-me com mais liberdade de fazer o que gosto, penso um dia me casar novamente, estou realizado, faço coisas que não fazia quando casado, como exercer a política”*

H8-*“Hoje não tenho nenhuma relação, depois de me divorciar tive alguns relacionamentos, mas hoje, claro que sinto falta de uma companheira, mas estou bem e tranquilo”*

A ideia de estar divorciado, trouxe no início e durante algum tempo, segundo os entrevistados, uma sensação de grande vazio e descontrolo emocional, quer para aqueles que estão separados mais recentemente, como é o caso de H2, que conta com 4 meses de divórcio, quer para os que já passaram vários anos nesta situação, como é o caso de H7, que já completou vinte e cinco anos de divórcio. No entanto, todos relataram estarem bem melhores em relação a época dos últimos anos de casados.

A situação do divórcio trouxe mais amadurecimento e alguns afirmaram sentirem mais liberdade de fazer o que gostam e de relacionarem-se com outras pessoas. De realçar que, nesse grupo, um deles já se casou, outros já vivem com companheiras, não se casaram, mas não descartam esta ideia. Por outro lado há o exemplo do H3, que afirmou jamais se casar de novo.

Esta afirmação vai de encontro com Travis (2003), segundo ele, a palavra recasamento está longe de ser a melhor expressão para designar esta nova união, haja vista que o uso do prefixo “re” traz a ideia de repetição, de reformulação e de recriação, o que, por sua vez, nos remete a pensar em reconstituição, trazendo uma conotação negativa.

Por outro lado em relação aos que ainda pretendem casar novamente, segundo Carter e Mcgoldrick (1995), as pessoas buscam encontrar a satisfação de expectativas anteriores ao primeiro casamento.

No início delineamos algumas hipóteses que nortearam todo o nosso trabalho.

A partir da análise do conteúdo das entrevistas, conseguimos ver que os achados obtidos no presente trabalho corroboram com a primeira hipótese “ *Alguns sinais da depressão, como por exemplo, a tristeza, a sensação de vazio, o choro, o sentimento de solidão e a anedonia, são alguns dos sintomas psicológicos do divórcio presentes no sexo masculino*”. Pois, todos os entrevistados relataram esses sintomas, como fazendo parte da sua rotina depois do divórcio, até certo ponto.

Quanto à última hipótese “*O consumo excessivo de substâncias constitui um dos sinais de alguns sintomas psicológicos do divórcio presentes no sexo masculino*”, esta não foi confirmada, pois nenhum dos entrevistados fez uso de substâncias, apenas um relatou ter abusado um pouco de bebidas alcoólicas mais do que o de costume.

## Conclusão

---

Segundo Wagner (2005), são já passados várias centenas de anos sobre a aprovação do matrimónio civil, aprovado pela legislação de 1792, aplicado a todos os habitantes da França, e, foi com o Código Napolitano que essa prática se estendeu para outros países da Europa e da América.

Segundo a mesma autora, os principais valores que dominam a legislação de 1792 sobre o matrimónio civil são a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade, valores esses emanados da Revolução Francesa. A nossa sociedade apreende o matrimónio nesta perspectiva de valorização do Homem e da Mulher, perspectiva que encontra eco no número de casamentos civis que vêm se registando ao longo dos últimos anos.

De acordo com dados levantados na Conservatória do Registo Civil, da cidade da Praia, de Janeiro de 2009 a Janeiro de 2013, houve um número elucidativo de 1.572 (mil quinhentos e setenta e dois) casamentos na cidade da Praia. E neste período, de acordo com o Tribunal de Família houve 367 divórcios, incluindo litigioso e comum acordo.

Porém o casamento de hoje é bastante diferente do casamento de outrora, segundo Wagner (2005), se por um lado continua a registar-se um número considerável de casamentos civis por ano, por outro não se pode deixar de realçar que a par disso o conceito de casamento “por toda vida” alterou-se.

O casamento até o SEC XIX, era considerado, na ordem patriarcal, como engrenagem essencial de uma política voltada para a manutenção e transmissão de património, não deixando espaços para interesses pessoais. A finalidade da aliança matrimonial, era de ordem social, ou seja, o fortalecimento de grupos de parentesco e de status, a preservação da herança e do poder económico.

Winnicott (1997), aprofunda a ideia de que o casamento e a família podem constituir, ou não, um espaço de maturidade parental. A noção de continuidade no desenvolvimento do ser adulto está presente no seu pensamento, e então o casamento e a família podem ser um espaço de contínuo crescimento para todos os envolvidos. Quando isso não ocorre, o casamento fica sujeito a distúrbios que podem gerar a desintegração da família.

No Brasil, segundo Cahali, Y. S. (1981), a indissolubilidade do casamento sempre esteve influenciado pela posição efectiva da Igreja Católica, que defende a ideia de que se Deus uniu um homem e uma mulher nos laços do matrimónio a lei não os pode separar. Em todas as épocas a Igreja Católica sempre se manifestou contrária ao divórcio, mesmo nos dias actuais.

Segundo o mesmo autor, em toda história da humanidade observa-se que a dissolubilidade do casamento só era permitida por razões gravíssimas diante de valores morais e éticos da época.

Segundo Anália Torres (1996), de instituição a preservar a qualquer custo, o casamento tornou-se, tendencialmente, numa relação que dura enquanto se mantiver compensadora para quem nela está envolvida. Da obediência a regras e padronizações impostas do exterior, passou-se para a ideia da qualidade intrínseca da relação. Por outras palavras, ao casais divorciam-se mais que antigamente porque casam de “outra maneira”, isto é, com outros valores. Valores que enfatizam mais os laços interpessoais do que a dimensão institucional do casamento. E é exactamente porque se tende a valorizar desta forma a relação conjugal que se aceita, cada vez mais, o divórcio.

Existem diferentes causas do divórcio, nomeadamente, o factor idade, raça, instrução, salário, emprego, alcoolismo, abuso físico, traição, etc. Entretanto, a maior causa do divórcio na cidade da Praia, segundo a Juíza de Família Ana Reis, tem a ver com a situação económica, e em segundo lugar, vem a traição. Em relação aos entrevistados na pesquisa, para a maioria, a traição por parte dos esposos foi a maior causa do divórcio.

Segundo Wellerstein e Kelly (1980), apud Carter e McGoldrick (1995), o divórcio traz uma grande instabilidade para toda a família, para os filhos é muito doloroso. Embora o divórcio possa ser percebido como uma solução para os problemas dos pais, poucos filhos parecem querer o divórcio, independentemente da tensão conjugal existente antes da separação. Suas

reações variam de acordo com a idade, temperamento, sexo, posição social, experiências passadas, sistemas de apoio e competência cognitiva social.

Muitos estudos indicam que os filhos querem e precisam ter um relacionamento qualitativo, contínuo, com ambos os pais. Na vasta maioria dos casos, os filhos ficam com a mãe, por mútuo acordo entre os pais. Entretanto, em um estudo sobre mulheres e a custódia dos filhos, Chester (1986), apud Carter e McGoldrick (1995), relatou que, quando existe uma batalha em relação à custódia e ambos os pais são adequados, o pai tem uma chance maior de conseguir guarda dos filhos.

O divórcio, para o sexo masculino, é doloroso, apesar da percepção de que os homens não sofrem, estudos o confirmam. Para os homens entrevistados, o divórcio foi muito doloroso, relatando-se sinais de depressão, como por exemplo, a tristeza, a sensação de vazio, o choro, a anedonia, o sentimento de solidão, sintomas esses que compõem uma das hipóteses delineadas.

Quanto ao uso de substâncias, que também foi uma das hipóteses delineadas na pesquisa, apesar de estudos revelarem que muitos homens abusam de substâncias no período de divórcio, isto não se revelou com os entrevistados, salvo um deles ter relatado que abusou um pouco de bebidas alcoólicas mais do que o de costume.

Segundo estudos, sintomas comuns incluem a incapacidade de trabalhar efectivamente, má saúde, mudanças no peso, insónia e outros transtornos do sono, disfunção sexual, e uso de álcool, tabaco e outras substâncias. (Hetherington 1982, apud Carter e McGoldrick 1995).

Os resultados não podem ser generalizados à população, pois o estudo só envolveu oito sujeitos, devido às dificuldades encontradas na pesquisa, como por exemplo, a pouca disponibilidade dos homens em participarem do estudo, já que o tema é muito pessoal e por ser um pouco constrangedor falarem de si.

Segundo Cano, Moré e Crepaldi (2009), ao pesquisar a literatura sobre o divórcio, observaram-se lacunas no campo de intervenção e pesquisa. O divórcio e o recasamento podem ocorrer em todos os momentos do ciclo vital da família, mas os estudos encontrados enfocam, principalmente, as famílias com filhos pequenos e adolescentes. Estudar tais

transições nos demais momentos do ciclo vital se torna relevante para compreender o impacto gerado nos membros envolvidos, e as diferentes reorganizações no processo de separação.

Mas, apesar dessas limitações consideramos ser uma mais-valia o presente estudo, já que se conseguiu tirar algumas ilações típicas da nossa cultura. Um bom exemplo disso foi a resposta dos entrevistados à questão sobre a guarda dos filhos. Alguns homens relataram que a princípio queriam ficar com os filhos, mas, decidiram deixá-los com a mãe como argumento de que os filhos devem ficar com a mãe, o que denota uma certa incapacidade e a desresponsabilização da parte dos próprios homens na educação e partilha dos cuidados para com os filhos. Situação esta tipicamente cabo-verdiana onde segundo os dados da estatística revelaram que a maioria das famílias cabo-verdianas são chefiadas por mulheres. Apesar dos dados não poderem ser generalizados, conseguimos alcançar os objectivos.

#### **Sugestões/considerações**

- Necessidade de maior interesse das universidades e bibliotecas nacionais em adquirir bibliografias e documentos sobre o tema em questão, e com estudos mais actuais, uma vez que, praticamente não existe nada
- Torna-se fundamental termos psicólogos nos tribunais de família, uma vez que são os juízes, procuradores e advogados que prestam muitas vezes esse papel
- Necessidade de profissionais em Cabo Verde na área da terapia familiar
- Melhor organização dos dados dos casamentos/divórcios nas instituições responsáveis, uma vez que a obtenção dos dados para a pesquisa levou vários dias, e só foram levantados após a minha solicitação
- Mais estudos com homens divorciados com um número de amostra maior, e com estudo mais prolongado
- Paralelamente são necessárias muito mais pesquisas nesta área tão pouco explorada em Cabo Verde onde não há nenhum estudo sobre a temática em questão.

## Bibliografia

---

- Cahali, Y. S. (1981). Divórcio e separação. São Paulo. Editora: Revista dos Tribunais.
- Aries Philippe. (1981). História Social da criança. Rio de Janeiro. Editora: Zahar
- Wallerstein, J. S; & Blakeslee, S. (1991). Sonhos e realidade no divórcio: marido, mulher e filhos dez anos depois. Editora: Saraiva.
- Carter B. & McGoldrick M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. Porto Alegre. Editora: Artmed
- Torres, A. (1996). *Divórcio em Portugal, ditos e interditos: uma análise sociológica*. Oeiras: Celta Editora.
- Winnicott, D. (1997). A família e o desenvolvimento individual (2ª ed.) (Cipolla M. B; Trad.) São Paulo: Martins Fontes.
- Aquino, LMMLL A. (1998) "educação infantil e o exercício da paternidade." Exercício da paternidade. Porto Alegre: Artes Médicas: 55-64.
- Leandro, Maria Engrácia (2001), sociologia da família nas sociedades contemporâneas, Lisboa, Universidade Aberta.
- Calligaris, C. (2001, 7 de junho). A paixão pelo novo e o casamento. Folha de S. Paulo, São Paulo, Ilustrada, p.E 8-
- Lamas, Estrela. P.R et al (2002). Contributos para uma Metodologia Científica mais Cuidada. Lisboa: Instituto Piaget.

- Wagner, A. (2002). Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. Família em cena: Petrópolis, RJ. Editora: Vozes
- Roudinesco, E. (2003). A família em desordem. Rio de Janeiro. Editora: Jorge Zahar
- Dolto Françoise (2003). Quando os pais se separam. Rio de Janeiro. Editora: Jorge Zahar Ltda.
- Wagner, A. (2005). Como se perpetua a família?- A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre. Editora: Edipucres
- Gil António Carlos. (2007). *Pesquisa Social*. São Paulo. Editora: atlas S.A.
- Osorio, L. C. (2007). A família como sistema. Doença e Família. São Paulo: Casa do psicólogo
- ALMEIDA, G. C. (2010). *Código Civil Cabo-Verdiano*. Cabo Verde. Imprensa Nacional.



## Sitografia

---

- Herzog, E; & Sudia, C. E. (1973). Children in fatherless families. Review of child development research, 3, 141-232. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com). Consultado em 02-06-12
- Fein, R. (1978). Research on fathering: social policy and emergent perspective. Journal of Social Issues, 34 (1), 122-135. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) Consultado em 02-05-2012
- Hetherington, E. M. (1979). Divorce: A child's perspective. American Psychologist, 34 (10), 851. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com). consultado em 10-06-12
- Macedo, R. M. (1994). A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer. Cadernos de Pesquisa, 91, 62-68. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em 21-01-13
- Kaslow, F. W; & Schwartz, L. L. (1995). As dinâmicas do divórcio. Uma perspectiva de ciclo vital. Campinas: Editorial Psy II. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em 30-01-11
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. Psicologia: reflexão e crítica, 11 (2), 379-394. Disponível em: [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br) Consultado em 02-01-13
- Hetherington, E. M. & Stanley-Hagan, M. (1999). The adjustment of children with divorced parents: a risk and resiliency perspective. The Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines, 40(1), 129-140. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em: 03-03-13
- Souza, R. M. (2000). Depois que papai e mamãe se separaram: um relato dos filhos; After daddy and mom divorced: a children's report. Psicol. teor. pesqui, 16(3), 203-211. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em 02-10-12
- Goldenberg, M. (2000). O macho em crise: um tema em debate dentro e fora da academia. Os novos desejos. Rio de Janeiro: Record, 13-39. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em 08-11-12

- Amato, P. R. (2001). Children of divorce in the 1990s: an update of the Amato and Keith (1991) meta-analysis. *Journal of family psychology*, 15(3), 355. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em 02-01-13
- Walsh, F. (2002). Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença. A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional, 13-28. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em 02-09-12
- Boch-Galhau, W. V. (2002). Síndrome de Alienación Parental (PAS): Influencia de la separación y el divorcio sobre la vida adulta de los hijos; Parental Alienation Syndrome (PAS): Influence of separation and divorce of offsprings on adult life. *Rev. argent. clín. psicol*, 11(2), 113-138. [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em 02-07-13
- Araújo, M. R. G. L; & Dias, C. M. S. B. (2002). Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. *Estudos de psicologia*, 7 (1), 91-101. Disponível em: [www.scielo.com](http://www.scielo.com) consultado em 20-10-12
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8 (3), 367-374. Disponível em: [www.scielo.com](http://www.scielo.com) consultado em 03-09-12
- Travis, S. (2003). Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento. *Construções familiares*: Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em 03-10-13
- Kelly, J. B; & Emery, R. E. (2003). Children's adjustment following divorce: Risk and resilience perspectives. *Family Relations*, 52 (4), 352-362. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) consultado em 17-04-13
- Pasquali, L; & Moura, C. F. D. (2003). Atribuição de causalidade ao divórcio. *Avaliação Psicológica*, 2 (1), 01-16. Disponível em: [www.scielo.com](http://www.scielo.com) Consultado em 13-01-13
- de Melo Figueiras, A. C; Puccini, R. F; da Silva, E. M. K; & Pedromônico, M. R. M. (2003). Avaliação das práticas e conhecimentos de profissionais da atenção primária à saúde sobre vigilância do desenvolvimento infantil Evaluation of practices and knowledge among primary health care professionals in relation. *Cad. Saúde Pública*, 19 (6), 1691-1699. Disponível em: [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Consultado em 02-02-13

- Ramires, V. R. R. (2004). As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 9 (2), 183-193. Disponível em: [www.scielo.com](http://www.scielo.com) consultado em 05-12-12
- Schabbel, C. (2005). Relações familiares na separação conjugal: contribuições da mediação. *Psicologia: teoria e prática*, 7(1), 13-20. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) Consultado em 05-11-12
- Perlin, G; & Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade. *Psicologia clínica*, 17 (2), 15-29. Disponível em: [www.scielo.com](http://www.scielo.com) Consultado em 10-09-12
- Brito, L. M. T. D; & Apase. (2005). Guarda compartilhada: um passaporte para a convivência familiar. *Guarda compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos*, 53-71. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) Consultado em 10-10-12
- Amazonas, M. C. L. A; & Braga, M. G. R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9 (2), 177-191. Disponível em: [www.scielo.com](http://www.scielo.com) Consultado em 12-10-12
- Cano, D. S; Gabarra, L. M; Moré, C. O; & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: reflexão e crítica*, 22 (2), 214-222. Disponível em [www.scielo.com](http://www.scielo.com) Consultado em 19-02-13
- Goetz, E. R; & Vieira, M. L. (2009). Percepções dos filhos sobre aspectos reais e ideais do cuidado parental; Children's perceptions of the real and ideal aspects of parental care. *Estud. psicol.(Campinas)*, 26(2), 195-203. Disponível em: [www.scielo.com](http://www.scielo.com) Consultado em 04-08-12
- Lamela, D. J. P. D. V. (2009). Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 19 (1), 114-121. Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) Consultado em 01-07-12
- Alexandre, D. T. (2009). Influência da guarda exclusiva e compartilhada no relacionamento entre pais e filhos e na percepção do cuidado parental (Doctoral dissertation, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis). Disponível em: [www.googleacademico.com](http://www.googleacademico.com) Consultado em 01-07-12

## **Anexos**

---

### **A.1 Roteiro de entrevista aos homens divorciados**

**Profissão:**

**Idade:**

**Filhos:**

**Idade:**

**Escolaridade:**

**Situação económica:**

**Baixa:**

**Média:**

**Alta:**

- 1. Quanto tempo está casado?**
- 2. Como foi estar casado?**
- 3. Há quanto tempo está divorciado?**
- 4. Qual foi principal motivo (razão) da separação?**
- 5. Quem tomou a decisão de separar?**
- 6. Como é que ficaram depois dessa decisão?**
- 7. Como é que os filhos ficaram a saber?**
- 8. O que fizeram em relação à guarda dos filhos?**
- 9. Como foi para ti o processo do divórcio? (perguntar aspectos psicológicos)**
- 10. Durante o processo, ou depois do divórcio abusou de alguma substância?**
- 11. Sentiu-se deprimido, (triste, sem vontade de sair, de conviver, ou de fazer as coisas habituais)?**
- 12. Neste período o que achas que te ajudou?**
- 13. Como é a relação com a sua ex-mulher?**
- 14. E em relação aos filhos como é a vossa relação?**

**15. O que acha que mudou na tua vida?**

**16. Como é a tua vida hoje?**

## A.2 Termo de consentimento livre e informado

Nome:

Sexo:

Idade:

Naturalidade:

Profissão:

Declaro aceitar participar na investigação de forma livre e informada, após ter garantido pela investigadora o sigilo e a confidencialidade dos dados individuais. Fui ainda informada da existência do Comité Nacional de Ética para a pesquisa em saúde, no Ministério do Estado e da Saúde para onde posso dirigir algumas reclamações caso sejam violadas as regras que determinaram o meu consentimento.

Praia, 11 de Julho de 2012

Assinatura/Investigadora

---

### A.3 Autorização do Comité de Ética em Pesquisa para Saúde de Cabo Verde

**COMITÉ NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA PARA A SAÚDE  
(CNEPS)**

**Deliberação nº39**

1. Foi submetido, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 26/2007, de 30 de Julho, para apreciação do Comité Nacional de Ética em Pesquisa para a Saúde (CNEPS) o Projecto intitulado **"O impacto psicológico do divórcio:uma perspectiva masculina"**
2. O projecto enquadra-se na estrutura curricular de Licenciatura em Psicologia da aluna Fabiola Tatiana Rosa Barreto Monteiro Furtado da Universidade Jean Piaget de Cabo-Verde, sob a orientação da Professora Elisângela Rosa Lima Barros e Barros.
3. O projecto foi apreciado na 30ª. Reunião Ordinária do CNEPS a 26/7/12,tendo como documentos de suporte além do projecto,o termo de consentimento livre e informado o questionário e o CV da orientadora.
4. O CNEPS concluiu tratar-se de uma pesquisa que cumpre os requisitos ético-legais pelo que deliberou no sentido da sua aprovação , ao abrigo do artigo nº11 do Decreto-lei nº26/2007 de 30 de Julho, devendo a investigadora manter o CNEPS informado sobre o andamento dos trabalhos e os resultados alcançados.

A Presidente do CNEPS  
  
Maria da Conceição Moreira de Carvalho



2012

*Exma. Sra. Dra. Conceição Carvalho*  
*M.D. Presidente do Comité Nacional de*  
*Ética para Pesquisa em Saúde*

Praia, 11 de Julho de 2012

Com o objectivo de obter a aprovação no concenrente aos aspectos éticos, do comité que a V. Excelência preside, junto remeto exemplares do projecto de pesquisa (projecto de memória).

Trata-se de um trabalho monográfico cujo tema é: impacto psicológico do divórcio no sexo masculino. O estudo incidirá junto de indivíduos do sexo masculino que passaram pela situação de divórcio, com o objectivo de verificar o impacto psicológico vivenciado por eles e que tipos de impactos são estes.

Por esta razão, solenemente comprometo-me a não divulgar por qualquer forma os dados particulares, obtidos, nomeadamente elementos que possam conduzir à identificação dos entrevistados.

Comprometo-me igualmente a adoptar todas as medidas que garantam o anonimato, confidencialidade. Coloco-me à vossa disposição para prestar todos os esclarecimentos considerados pertinentes. Conto com a Vossa compreensão.

Em anexo encontra o currículo da orientadora.

Atenciosamente,

Fabiola Tatiana Rosa Barreto Monteiro



Estudante de Psicologia

